

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	10
2.1. Aspectos gerais.....	10
2.2. Aspectos demográficos	12
2.3. Aspectos sociais	15
2.3.1 Pobreza e Transferência de Renda	15
2.3.2 Índice de desenvolvimento humano (IDHM)	16
2.4. Aspectos econômicos	17
2.4.1 Produção	17
2.4.2 Mercado de trabalho	19
2.5. Administração pública	22
2.5.1 Estrutura	22
2.5.2- Capacidade técnica	22
2.5.3- Finanças	23
2.5.4- Planejamento.....	23
3. PLANOS DE EDUCAÇÃO (contexto nacional, estadual e municipal).	24
4. EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	26
4.1. Histórico da educação no município.....	26
5. Diagnóstico da Educação no município.....	32
5.1. Garantia do direito à educação básica com qualidade (primeiro grupo de metas).....	32
5.1.1. Educação infantil (meta 1).....	32
5.1.2. Ensino fundamental (meta 2).....	35
5.1.3. Ensino médio (meta 3).....	38
5.1.4. Alfabetização (metas 5 e 9).....	40
5.1.5. Educação em tempo integral (meta 6).....	47
5.1.6. Aprendizado adequado na idade certa (meta 7).....	48
5.1.7. EJA integrada à educação profissional (meta 10)	50
5.1.8. Educação profissional (meta 11)	50
5.2. Superação das desigualdades e a valorização das diferenças (segundo grupo de metas)	52
5.2.1. Educação especial/inclusiva (meta 4).....	52
5.2.1. Elevação da escolaridade/diversidade (meta 8)	54

5.3.	Valorização dos profissionais da educação (terceiro grupo de metas)	58
5.3.1.	Formação dos professores (meta 15).....	59
5.3.2.	Formação continuada e pós-graduação (meta 16).....	61
5.3.3.	Remuneração do magistério (meta 17)	63
5.3.4.	Plano de carreira (meta 18)	68
5.4.	Ensino superior (quarto grupo de metas, abordando o conteúdo das metas 12, 13 e 14).....	69
5.5.	Gestão democrática e participação social (meta 19)	70
5.6.	Financiamento (meta 20)	72

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 - Localização do município 1, <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>, março de 2015 10

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização do território, <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>, Acesso mar/2015. 10

Quadro 2- Dados gerais do município, Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315570&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em março de 2015..... 12

Quadro 3 - Estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba: organograma..... 22

Quadro 4 – Taxa de distorção idade série, Fonte: INEP, <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em abril de 2015. 38

Quadro 5 – Taxa de distorção, ensino médio. Fonte: INEP, <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso abril de 2015. 40

Quadro 6 – Situação das escolas da rede municipal de ensino. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Rio Piracicaba. 43

Quadro 7 – Dados do CESEC, 2015. Fonte: secretaria da unidade Cesec. 47

Quadro 8 – Matrículas de alunos com deficiência em 2015. Fonte: escolas do município. **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 9 - Série histórica alunos EJA. 58

Quadro 10 - Matrículas com declaração da etnia, EJA, série histórica. 58

Quadro 11 - Alunos EJA matrículas por localidade. Fonte quadros: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/8-escolaridade-media/dossie-localidades>. Acesso em abril/2015. 58

Quadro 12 - Formação dos professores educação básica. Fonte: Setor de recursos humanos da Prefeitura de Rio Piracicaba/MG. Abril/2015. 59

Quadro 13 - Professores da educação básica, distribuição. Fonte: SER/Nova Era/MG. Maio/2015..... 60

Quadro 14 - Funções docentes com curso superior. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em abril de 2015. 62

Quadro 15 - Remuneração de professores educação básica. Fontes: Setor de Recursos Humanos, Prefeitura Municipal. 65

Quadro 16 - Instrumentos de gestão democrática. 72

Quadro 17- Conselho Municipal da Educação. Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros/ Preparação: Todos Pela Educação 72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de crescimento anual.....	13
Gráfico 2 População do município por faixa etária.....	14
Gráfico 3 - Série histórica, cadastros programas sociais.	16
Gráfico 4 - PIB município, 2010. Fonte IBGE, 2010.....	18
Gráfico 5 - Série histórica PIB município.....	19
Gráfico 6 - Produção pecuária no município. IBGE – Pesquisa Produção Pecuária Municipal.....	19
Gráfico 7 - Culturas de agricultura do município. Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM). Acesso em março/2015.	19
Gráfico 8 - Taxa de desemprego, 2010. Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010. Acesso em março/2015.....	20
Gráfico 9 - Taxa de ocupação - 2010. Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Acesso em março/2015.....	20
Gráfico 10 - Taxa de emprego/desemprego. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Acesso em março/2015.	21
Gráfico 11 - Servidores municipais. Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais/2011. Acesso em março/2015.....	22
Gráfico 12 - Despesas municipais. Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional. Acesso em março/2015.....	23
Gráfico 13 - Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.	33
Gráfico 14 - População de 4-5 anos. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.....	33
Gráfico 15 - Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.	36
Gráfico 16 - Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.	37
Gráfico 17 - Taxa de alfabetização. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.....	41
Gráfico 18 - Taxa alfabetização 15 ou mais. Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010. Acesso em março de 2015.	44

Gráfico 19 - Taxa analfabetismo funcional. Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010. Acesso março de 2015.	46
Gráfico 20 - Escolas publicas com 7 horas de atividades diárias. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.....	48
Gráfico 21 - Permanência de alunos nas escolas por 7 horas. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013. Acesso em março de 2015.	48
Gráfico 22 - Matrículas de jovens e adultos educação profissional. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.....	50
Gráfico 23 - Matrícula alunos com deficiência, Fonte: http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/3155702/captchadis/ . Acesso maio de 2015.....	52
Gráfico 24 - População de alunos deficientes 4 a 17 anos.. Fonte: Censo Populacional – 2010	53
Gráfico 25 - Matrículas educação especial. Fonte: http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/3155702/captchadis/1 . Acesso em maio de 2015.....	54
Gráfico 26 - Escolaridade media 18 a 29 anos .Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional.....	56
Gráfico 27 - Escolaridade média área rural. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.	56
Gráfico 28 - Escolaridade média entre os mais pobres. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.....	56
Gráfico 29 Escolaridade media entre negros e não negros.Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.....	57
Gráfico 30 - Professores educação básica e formação superior. Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.....	60
Gráfico 31 Professores educação basica e ensino suuperior. Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.....	61
Gráfico 32 Professores da educação básica e pós graduação. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.....	62
Gráfico 33 - Salários professores da educação básica. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por faixa etária.....	13
Tabela 2 - IDH Rio Piracicaba.....	16
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e componentes – Rio Piracicaba, MG. Fonte: PNUD, Ipea e FJP, http://www.atlasbrasil.org.br . Acesso em março de 2015.	17
Tabela 4 - IDEB 5º ANO.....	29
Tabela 5 - IDEB 9º ano. Fonte, tabelas 4 e 5: INEP, http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado , Acesso em abril/2015.....	29
Tabela 6 - População de 0 a 5 anos.....	34
Tabela 7 - população 0 a 5 anos, DataSus. Fonte: Secretaria Municipal de Saúde....	34
Tabela 8 - Matrícula de 0 a 5 anos por escola. Fonte: Escolas do município.	34
Tabela 9 - População de 6 a 14 anos. Fonte: DataSus, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu . Acesso abril, 2015.	36
Tabela 10 - Distribuição de alunos de 6 a 14 anos. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio Piracicaba. Escolas estaduais: B. Fátima, Antonino, Conselheiro, Antônio Fernandes. Privadas: Centec e Kennedy.....	36
Tabela 11 - Alunos com distorção série idade.....	37
Tabela 12 - População de 15 a 16 anos. Fonte DataSus, 2012.....	37
Tabela 13 - Taxa de distorção série idade. Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Acesso em março de 2015.	37
Tabela 14 - Distorção série idade anos finais Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Consulta realizada em março de 2015.....	38
Tabela 15 Alunos com distorção série idade por escola. Fonte: Escolas municipais, 2015.	38
Tabela 16 – Distorção serie idade, Ensino Médio. Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.	39
Tabela 17 - População de 15 a 17 anos Fonte: DataSus, 2012.....	40
Tabela 18 - População de 15 A 17 anos por escola. Fonte: escolas.....	40
Tabela 19 - Médias comparadas Proalfa 2009. Fonte: http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-antiores/resultadosescala/ . Acesso em abril de 2015.....	42
Tabela 20 - Proalfa 2011 a 2013.....	42
Tabela 21 – Proficiência média alunos anos finais Português.	45
Tabela 22 – Proficiência média anos finais, Matemática.....	45
Tabela 23 - Resultados avaliações diagnósticas internas.....	45
Tabela 24 - Horas aula diária por etapa de ensino.....	48
Tabela 25 - Médias nacionais para o IDEB.	49

Tabela 26 - IDEB para o 5º ano do ensino fundamental.	49
Tabela 27 - IDEB para o 9º ano ensino fundamental.	49
Tabela 28 - Matrículas em cursos de Educação Profissionalizantes, série histórica...51	
Tabela 29 - Ensino médio profissionalizante por rede de ensino.	51
Tabela 30 - Educação Profissional técnica por localidade.	51
Tabela 31 - Matrículas de alunos com deficiência.....	53
Tabela 32 - Porcentagem de professores com curso superior.	60
Tabela 33 - Professores com Licenciatura na área que atuam.	61
Tabela 34 - Professores da educação básica com pós-graduação.....	62
Tabela 35 - Tabela salarial dos professores da educação básica da rede estadual. ...	65
Tabela 36 - Despesas com pessoal.	67
Tabela 37 - Receita arrecada x Receita própria. Fonte: TCEMG - Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo - SIACE.....	73
Tabela 38 - Percentual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino. .	74
Tabela 39 - Gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.	74

1. INTRODUÇÃO

“A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou substancialmente a condição e o papel dos planos de educação. O Plano Nacional de Educação (PNE) e conseqüentemente os planos estaduais, distrital e municipal passaram a ser decenais e articuladores dos sistemas de educação. Isso significa que, do ponto de vista constitucional, os planos de educação são superiores aos planos plurianuais de governo. Exigem articulações institucionais e participação social para sua elaboração ou adequação, seu acompanhamento e avaliação.”¹

A partir dessa frase introduzimos o texto base do Plano Decenal da Educação de Rio Piracicaba, conscientes de que há premissas legais constitucionais a serem obedecidas, que nortearão a política pública educacional do Brasil nos próximos dez anos e, portanto, devem ser obedecidas.

O Plano Decenal Municipal vigente tem sua validade legal até o ano de 2015, prazo final para sua vigência e marco temporal para que um novo seja elaborado e aprovado com a participação social, devendo ser levado à apreciação e aprovação pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Poder Executivo Municipal, portanto, adquirindo o status de documento legal.

Importante salientar que o Plano Decenal em vigor foi orientado pela Lei Federal 10.172 de 09 de janeiro de 2001, denominada Plano Nacional de Educação (PNE) foi construído em outro cenário político e social, e atendia a quatro premissas:

1. Educação como direito de todos;
2. Educação como fator de desenvolvimento social e econômico do País;
3. Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, com sucesso, na educação pública;
4. Democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais.

¹BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Planejando a próxima década: alinhando os planos da educação.

Os objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação àquela época foram:

1. Elevação do nível de escolaridade da população.
2. Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades.
3. Redução de desigualdades sociais e regionais.
4. Democratização da gestão do ensino.

Considerando a escassez de recursos e de dados havidos naquele momento, o PNE/01 estabeleceu as seguintes prioridades:

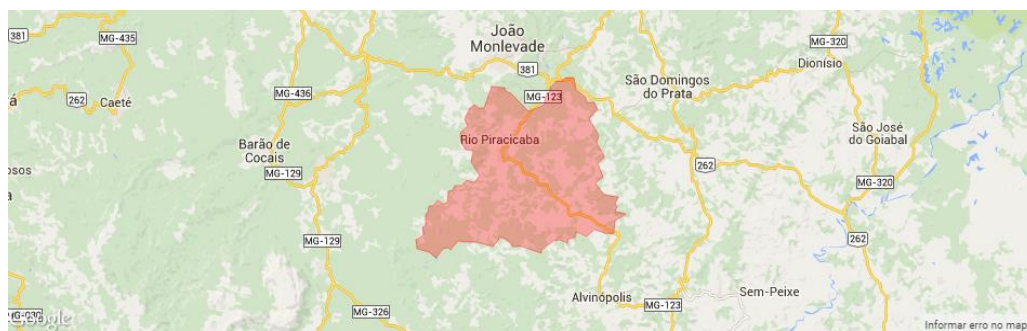
- a) Garantia do Ensino Fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos
- b) Garantia de Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.
- c) Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino: a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação Superior.
- d) Valorização dos profissionais da educação.
- e) Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Profissionais da Educação, representantes legais e gestores da rede de ensino (municipal, estadual e privada), cidadãos e autoridades foram convocados e participaram do processo de elaboração, discussão e aprovação do Plano Municipal de Educação em vigor desde 2006, chegando agora ao final de sua validade legal.

Muitas conquistas e direitos foram concretizados ao longo desses dez anos e serão demonstrados no texto do novo plano decenal. Ressaltamos a importância de se escrever um parâmetro histórico para fins comparativos, o que permitirá apurar ao longo de várias décadas se diretrizes e metas estabelecidos estão sendo cumpridos.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1. Aspectos gerais



Mapa 1 - Localização do município 1, <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>, março de 2015.

Área 371,2 km ²	IDHM 2010 0,685	Faixa do IDHM Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)	População (Censo 2010) 14.149 hab.
Densidade demográfica 38,17 hab/km ²	Ano de instalação 1911	Microrregião Itabira	Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte

Quadro 1 - Caracterização do território, <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>, Acesso mar/2015.

Histórico

O Município de Rio Piracicaba, Minas Gerais, importante pela sua riqueza mineral, ex-arraial de São Miguel de Rio Piracicaba, foi elevado a sede do município pela Lei Estadual número 556 de 30 de Agosto de 1911. Situado na região central de Minas, na bacia do Rio Doce, o povoado teve sua origem, como tantos arraiais de Minas, na febre do ouro que empolgou e atraiu ao Sertão Mineiro, na última década do século XVII e início do século XVIII, os bandeirantes paulistas e baianos de que tanto nos falam as crônicas históricas. O arraial de São Miguel de Rio Piracicaba, hoje Rio Piracicaba, foi fundado pelo Paulista João dos Reis Cabral, casado com D. Maria Antunes de Camargos, homem aventureiro que, deixando em São Paulo esposa e numerosa família, veio a esta região à procura de ouro. No dia 29 de setembro de 1713, assentou o seu barracamento às margens de um pequeno ribeirão, afluente do Rio Piracicaba, onde logo constatou a existência de grande quantidade de pepitas de ouro, lugar este que a partir desta data passou a chamar-se Córrego São Miguel, em homenagem ao Santo do dia. São Miguel e Rio Piracicaba que, segundo a língua Tupi/Guarani, quer dizer rio sem peixe ou peixe lustroso e negro ou "monte em que para o peixe." Apesar dos problemas enfrentados pela população, o Município possui características de uma cidade em pleno desenvolvimento. Possui energia elétrica,

abastecimento de água fluorada, serviços telefônicos, boas escolas, comércio atuante e diversificado, estradas conservadas na zona rural e estradas pavimentadas ligando Rio Piracicaba a outros municípios. Possui ainda empresas de grande porte com atuação na Cidade, que contribuem para que o Município tenha uma arrecadação e um PIB invejável da região.

Distrito de Conceição de Piracicaba (Jorge)

O distrito de Conceição de Rio Piracicaba está situado a 13 km de Rio Piracicaba e a 5 km da BR381. Foi fundado pelo capitão Jorge Felipe, originário da Arábia. A maioria de seus habitantes trabalha nos municípios vizinhos ou vive do trabalho rural. O Distrito possui uma igreja católica construída pelo Padre Levy, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, e um templo da Assembleia de Deus.

Distrito de Padre Pinto (Caxambu)

O nome "Caxambu" foi modificado para Padre Pinto (08/08/1927), em homenagem aos serviços prestados pelo padre Manoel Fernandes Pinto Coelho. A Primeira capela inaugurada no distrito, data de 30 de Abril de 1911. Padre Pinto possui, hoje, uma igreja católica (Nossa Senhora Auxiliadora) e duas Igrejas evangélicas. A maior parte dos habitantes dedica-se aos trabalhos na área agrícola.

Fazia parte do território de Rio Piracicaba, o distrito de João Monlevade que se emancipou em 29/04/1964 pela Lei Estadual Nº 12.030.

Gentílico: Piracicabense.

2.2. Aspectos demográficos

Quadro 2 - Dados gerais segundo informações do IBGE:

Rio Piracicaba	Código: 3155702	
Síntese das Informações		
Área da unidade territorial	373,037	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	6	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	1.931	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2012	564	matrículas
Número de unidades locais	387	unidades
Pessoal ocupado total	1.791	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2012	29.231,90	reais
População residente	14.149	peessoas
População residente - Homens	6.915	peessoas
População residente - Mulheres	7.234	peessoas
População residente alfabetizada	12.187	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	4.207	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	10.756	peessoas
População residente, religião espírita	132	peessoas
População residente, religião evangélicas	2.486	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.234,64	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.828,22	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	301,25	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	451,71	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,685	

Quadro

2-

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315570&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em março de 2015.

TABELA 1 – Distribuição da população de Rio Piracicaba por faixa etária – 2000/2010

Tabela 1. Informações sobre o Município de Rio Piracicaba									
População ⁽¹⁾ (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
Urbana	2000	653	396	1.901	549	1.504	1.811	4.085	10.899
	2007	600	329	1.830	675	1.274	1.844	4.829	11.381
	2010	536	279	1.578	621	1.259	1.761	5.238	11.272
Rural	2000	298	117	501	246	481	394	1.204	3.241
	2007	161	108	449	139	343	462	1.216	2.878
	2010	126	74	431	145	293	442	1.366	2.877
Total	2000	951	513	2.402	795	1.985	2.205	5.289	14.140
	2007	761	437	2.279	814	1.617	2.306	6.045	14.259
	2010	662	353	2.009	766	1.552	2.203	6.604	14.149
PIB ⁽²⁾	IDH ⁽³⁾		IDI ⁽⁴⁾		Taxa de analfabetismo ⁽⁵⁾				
207.674	0.74		0.66		População de 10 a 15 anos			População de 15 anos ou mais	
					2.20			11.70	

FONTE: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 E CONTAGEM 2007; (2) IBGE - 2008. A PREÇOS CORRENTES (1 000 R\$); (3) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - PNUD - 2000; (4) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA - UNICEF - 2004; (5) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000

NOTA: NO RESULTADO TOTAL DA POPULAÇÃO, O IBGE INCLUI A POPULAÇÃO ESTIMADA NOS DOMÍLIOS FECHADOS ALÉM DA POPULAÇÃO RECENSEADA. NO CASO DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO PARTICIPARAM DA CONTAGEM A POPULAÇÃO É TODA ESTIMADA.

Tabela 1 - População por faixa etária.

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315570&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em março de 2015.

GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento anual por área – 2000 e 2010

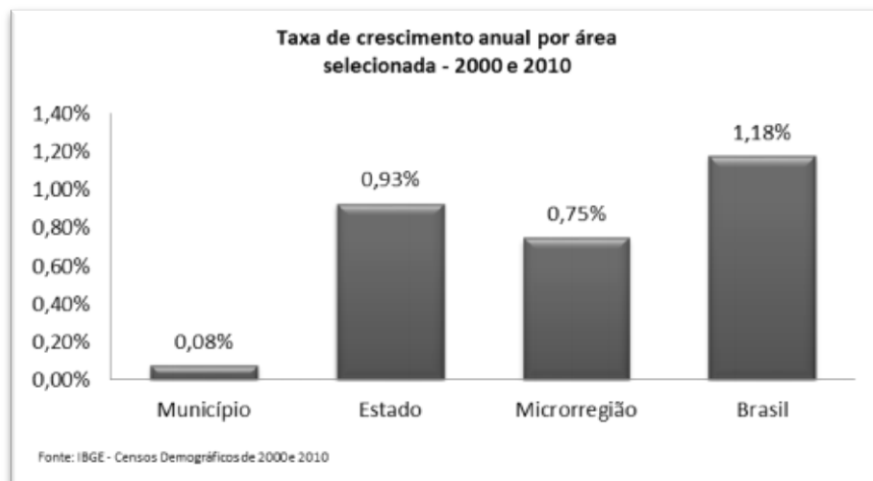


Gráfico 1 - Taxa de crescimento anual.

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=249>. Acesso em março/2015.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,35% ao ano), passando de 8.847 habitantes em 2000 para 9.162 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,8% da população do município.

GRÁFICO 2 – População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010.

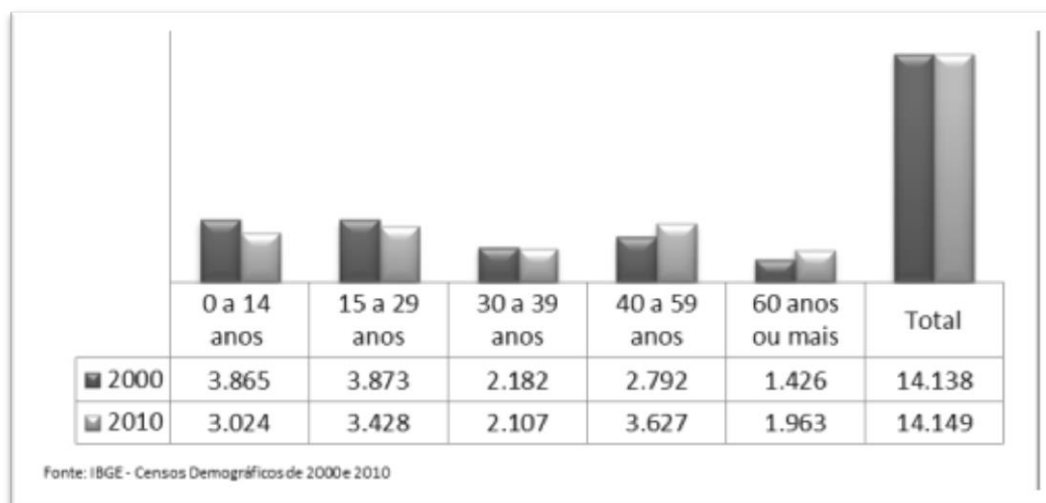


Gráfico 2 População do município por faixa etária.

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=249>, Acesso em março/2015.

Os dados populacionais apontados pelo IBGE demonstram que entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010 a população de Rio Piracicaba apresentou um crescimento incipiente, à taxa de 0,08% ao ano, passando de 14.033 para 14.149 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no estado, que ficou em 0,93% ao ano, e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 76,9% e em 2010 passou a representar 79,67% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,2% em média. Em 2000, este grupo representava 10,2% da população, já em 2010 detinha 13,9% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-2,4% ao ano). Crianças e jovens detinham 27,5% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 3.865 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 21,4% da população, totalizando 3.024 habitantes.

As análises acima, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, trazem como reflexo para a Secretaria Municipal de Educação rever seus planejamentos para: realizar melhor distribuição de alunos por escola refletindo na qualidade do ensino e aprendizagem; fechamento de unidades escolares com baixo número de

alunos em especial as multisseriadas; organização do transporte público para os estudantes; planejar o zoneamento escolar para melhor distribuir os alunos por escolas. Com relação ao transporte público escolar é importante salientar: com a nucleação das escolas rurais os alunos dessas áreas foram para escolas urbanas; é necessário promover o zoneamento escolar para adequar a logística do atendimento; regulamentar o atendimento para estabelecer os critérios de acessibilidade; organizar o transporte escolar para atender os jovens que frequentam cursos técnicos profissionalizantes e faculdades em João Monlevade uma vez que Rio Piracicaba não possui os meios para atender tais modalidades de ensino.

2.3. Aspectos sociais

2.3.1. Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, em agosto de 2010, a população total de Rio Piracicaba era de 14.149 residentes, dos quais 556 (3,9% da população municipal) se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Do total de extremamente pobres, 158 (28,4%) viviam no meio rural e 398 (71,6%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 2.300 famílias registradas no Cadastro Único e 1.195 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (51,96% do total de cadastrados).

Importante salientar que são parceiros na atualização desses dados as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social/Cultura/Esporte/Lazer e Turismo, Educação e Saúde, razão pela qual em algumas das estratégias do presente Plano Municipal de Educação faz-se menção a parcerias entre essas secretarias. Tais parcerias se mostram de alto valor para realizar busca ativa de alunos infrequentes, nos casos de

evasão e abandono escolar, razões pelas quais nas estratégias mencionam-se programas como o PSE (programa saúde na escola), PSF (programa saúde da família), PEAS (programa de educação afetivo sexual).

GRÁFICO 3 – Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais.

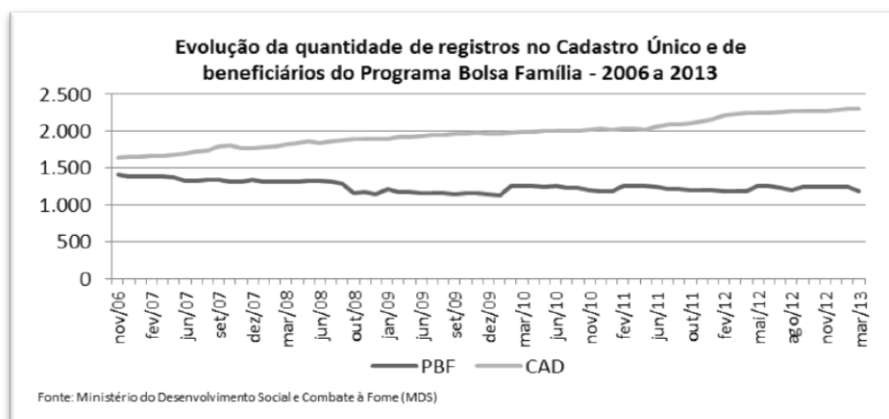


Gráfico 3 - Série histórica, cadastros programas sociais.

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=249#>. Acesso em março/2015.

Índice de desenvolvimento humano (IDHM)

TABELA 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes

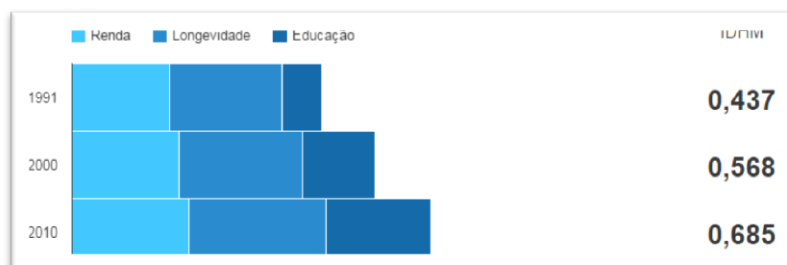


Tabela 2 - IDH Rio Piracicaba

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Rio Piracicaba era 0,685, em 2010, o que situa Rio Piracicaba na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade com índice de 0,794, seguida de Renda com índice de 0,670, e de Educação com índice de 0,605.

TABELA 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Educação.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,228	0,418	0,605
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	15,97	25,29	40,80

% de 5 a 6 anos frequentando a escola	53,71	91,46	99,00
% de 11 a 13 anos frequentando anos finais ensino fundamental	36,80	71,43	89,74
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	11,61	29,80	67,23
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	6,89	22,24	38,45
IDHM Longevidade	0,653	0,712	0,794
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,18	67,71	72,63
IDHM Renda	0,559	0,615	0,670
Renda per capita (em R\$)	259,15	368,52	516,18

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e componentes – Rio Piracicaba, MG. Fonte: PNUD, Ipea e FJP, <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em março de 2015.

Associando-se os dados do IDH com as perspectivas da Educação no município de Rio Piracicaba é relevante destacar que houve um avanço muito significativo com relação ao ingresso na educação infantil e no ensino fundamental. No entanto, o avanço ocorrido nos decênios anteriores com relação à conclusão dos ensinos fundamental e médio, os números mostram uma realidade que carece de medidas que assegurem a permanência dos jovens na escola. Faz-se necessário buscar as razões que justifiquem a evasão escolar de adolescentes e jovens, bem como as estratégias para o enfrentamento de tais desafios.

2.4. Aspectos econômicos

2.4.1 Produção

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município reduziu -9,6%, passando de R\$ 131,4 milhões para R\$ 118,8 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,07% para 0,04% no período de 2005 a 2010.

GRÁFICO 4 – Participação setores econômicos no PIB do Município – 2010



Gráfico 4 - PIB município, 2010. Fonte IBGE, 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 52,8% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 37,8% em 2010, contra 57,6% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 57,6% em 2005 para 26,4% em 2010.

A arrecadação do município tem como um de seus pilares o extrativismo mineral, que já conta com muitos anos de exploração e de perspectivas desfavoráveis por se tratar de fonte esgotável de recursos, bem como pelo fato de que o preço da tonelada do minério de ferro é estabelecido pelo mercado consumidor internacional.

GRÁFICO 5 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010.



Gráfico 5 - Série histórica PIB município. Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal, IBGE. Acesso em março/2015.

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo.

GRÁFICO 6 – Distribuição das cinco principais culturas de rebanho do município 2011



Gráfico 6 - Produção pecuária no município. Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Pecuária Municipal.

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

GRÁFICO 7 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011

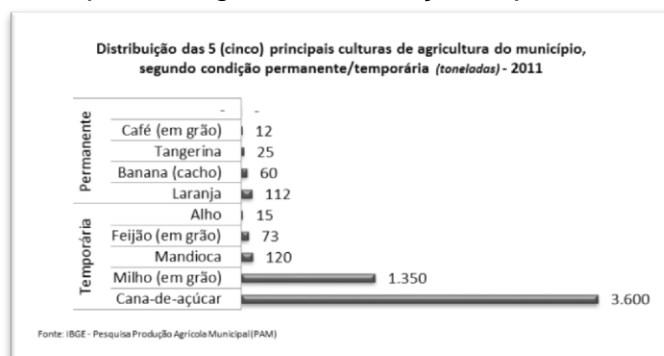


Gráfico 7 - Culturas de agricultura do município. Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM). Acesso em março/2015.

2.4.2 Mercado de trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 6.641 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo

que 6.008 estavam ocupadas e 633 desocupadas. A taxa de participação ficou em 53,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 9,5%.

GRÁFICO 8 – Taxa de desemprego por área selecionada – 2010



Gráfico 8 - Taxa de desemprego, 2010. Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010. Acesso em março/2015.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 41,7% tinham carteira assinada, 23,5% não tinham carteira assinada, 17,9% atuam por conta própria e 2,1% de empregadores. Servidores públicos representavam 6,8% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 8,1% dos ocupados.

GRÁFICO 9 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010

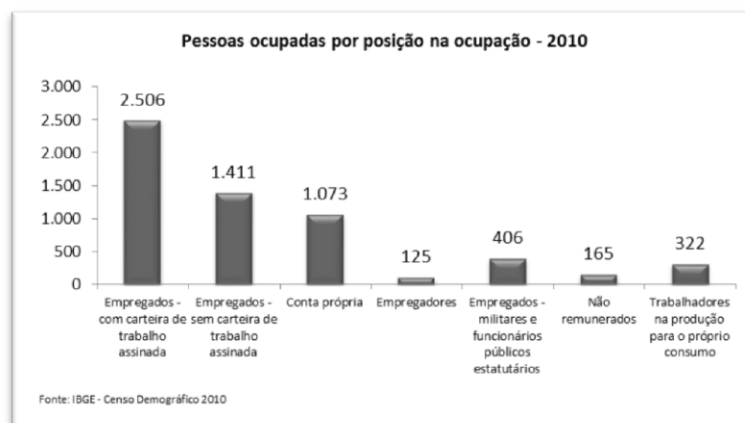


Gráfico 9 - Taxa de ocupação - 2010. Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Acesso em março/2015.

Das pessoas ocupadas: 8,6% não tinham rendimentos e 54,6% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 886,55. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.058,97 e entre as mulheres de R\$ 667,72, apontando uma diferença de 58,59% maior para os homens. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal

do município apresentou, por apenas três anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas perdidas neste período foi de 333. No último ano, as admissões registraram 394 contratações, contra 507 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 1.307 postos, -0,8% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

GRÁFICO 10 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010

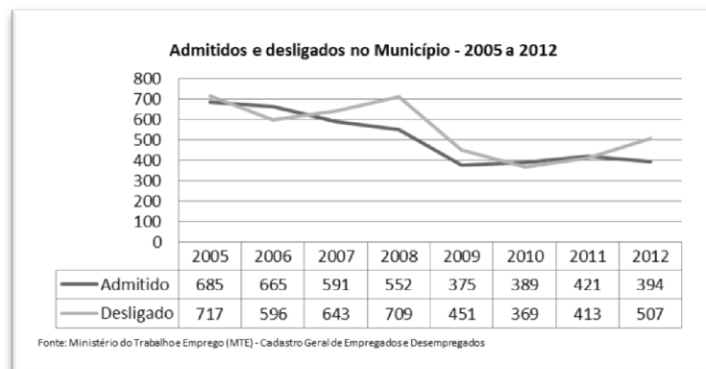


Gráfico 10 - Taxa de emprego/desemprego. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Acesso em março/2015.

2.5. Administração pública

2.5.1 Estrutura administrativa



Quadro 3 - Estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba: organograma.

2.5.2- Capacidade técnica

A Administração Municipal conta com 605 servidores, entre os quais 97,2% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município realizou concurso público.

GRÁFICO 11 – Total de servidores municipais segundo tipo de vínculo – 2011

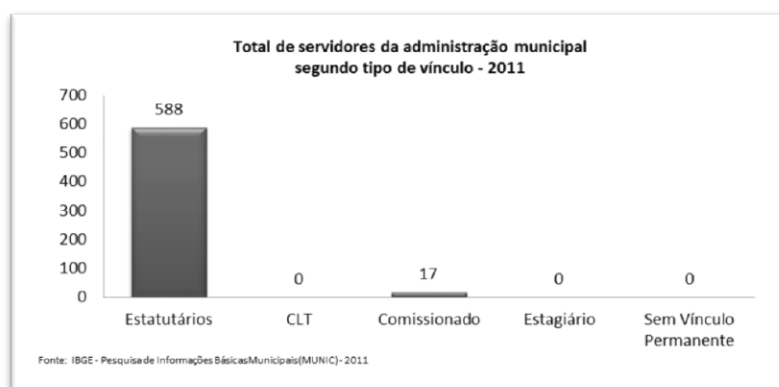


Gráfico 11 - Servidores municipais. Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais/2011. Acesso em março/2015.

2.5.3- Finanças

A receita orçamentária do município passou de R\$ 13,7 milhões em 2005 para R\$ 17,6 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 28,9% no período ou 6,56% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 12,71% em 2005 para 14,58% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção decresceu de 24,48% para 23,71%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 34,41% da receita orçamentária em 2005 para 41,65% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2011.

As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e assistência social foram responsáveis por 79,71% das despesas municipais.

Importante ressaltar que os gastos com Educação estão acima do percentual mínimo exigido pela legislação federal. Em assistência social, as despesas alcançaram 5,02% do orçamento total, valor superior à média de todos os municípios do estado, 3,20%.

GRÁFICO 12 – Distribuição percentual das 5 principais despesas do município/2011.

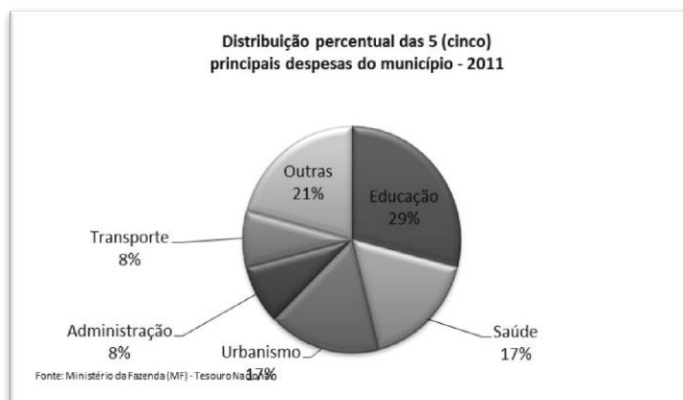


Gráfico 12 - Despesas municipais. Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional. Acesso em março/2015.

2.5.4- Planejamento

PPA, LDO, LOA e Plano diretor são instrumentos de planejamento que contribuem para atender o objetivo de um programa. O PPA com vigência de 04 (quatro) anos tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. A LDO, anualmente, enuncia as políticas públicas e

respectivas prioridades para o exercício seguinte. A LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas do exercício financeiro.

A LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio prazo do governo, e a LOA que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

O Plano Diretor é o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes políticos e privados. É um plano que estabelece os objetivos a serem atingidos; os prazos em que estes devem ser alcançados; as atividades a serem executadas e quem deve executá-las; fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano.

O Planejamento é feito juntamente com os Secretários municipais que traçam as metas e prioridades dentro do estabelecido no PPA, LDO e LOA que são as ferramentas que asseguram o desenvolvimento do município.

O município procura melhorar sua economia através da arrecadação de impostos e convênios com o objetivo de melhorar a infraestrutura e o bem estar de toda a comunidade. Imposto ou tributo é uma carga financeira imposta ao indivíduo ou a uma entidade. Pode ser definido como uma contribuição dada à máquina estatal, não sendo um pagamento ou doação, mas uma contribuição forçada, controlada pela autoridade legislativa.

Os fundos provindos dos impostos são usados para diversas finalidades com aplicação da lei para: manter a ordem pública, proteção à propriedade privada, infraestrutura econômica, manutenção de estradas, aplicação de contratos, serviços públicos, saúde, educação, assistência social, cultura, manutenção do próprio governo, gastos com previdência social e transporte público. Com a arrecadação o município tende a expandir economicamente, dando melhores condições de vida a toda população.

3. PLANOS DE EDUCAÇÃO (contexto nacional, estadual e municipal).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art.214, que deverá ser elaborado um Plano Nacional de Educação de duração decenal definidor de “diretrizes,

objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. Como fruto de longa e complexa construção social, foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (2014-2024) por meio da Lei nº 13.005/2014, cujas diretrizes, indicadas no art.2º são:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Como uma das previsões do atual PNE, estabeleceu-se que os Estados e Municípios deverão elaborar ou adequar seus respectivos planos ao PNE no prazo de um ano a contar da publicação do referido PNE (art.8º, da Lei nº 13.005/2014).

No que concerne à esfera estadual, a Constituição Mineira afirma que o Plano Estadual de Educação deve visar à articulação, à integração do poder público e à adaptação ao Plano Nacional. No âmbito da legislação estadual, a lei 19.481/2011 aprovou o Plano de Educação do Estado (PEE) para o decênio 2011-2020, definindo diretrizes para a elaboração dos Planos de Educação dos Municípios. O PEE está atualmente passando por revisão para sua adequação ao PNE.

No âmbito do município de Rio Piracicaba o plano municipal vigente não há registros se o mesmo foi acompanhado, bem como não houve nos últimos anos a nomeação de conselheiros que se dedicassem a tal trabalho. Tal dado incita-nos à importante tarefa de estabelecer os mecanismos que orientarão o acompanhamento do plano decenal que ora elaborado, com previsão de prazos nos quais se dê tal mister, bem como a forma de constituição e convocação da comissão fiscalizadora. A previsão desses mecanismos previne que o passar do tempo promova o esquecimento, fazendo dessa tarefa uma obrigação decorrente de um instrumento legal e de vital importância para que sejam alcançadas as diretrizes e metas da Educação almejadas para o próximo decênio.

4. EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

4.1. Histórico da educação no município

O Plano Municipal da Educação deve ser elaborado em caráter sequencial e histórico, fazendo remissão ao anterior e projetando-se para o futuro. Nesse sentido e em respeito ao anterior, transcreve-se na íntegra o apanhado histórico da educação no município elaborado pelos colaboradores àquela época.²

A história da educação de Rio Piracicaba começa antes da escola formal. No Município, então distrito de São Miguel de Piracicaba, antes de 1870, alguns moradores, após atingirem a idade de frequentar uma escola estudavam fora e outros, que por aqui residiam, contratavam professores particulares.

Em 1870, foram criadas escolas separadas em sexo masculino e feminino, que depois se juntaram formando a Escola Singular Mista. Em 1926, a Escola Mista foi transformada em Grupo Escolar Conselheiro José Joaquim da Rocha. Seus professores eram pessoas daqui que estudavam fora. Uns só tinham o curso normal e ginasial integrados e outros, só o normal ou o ginasial. No meio rural, havia professoras leigas que só tinham a 4ª série primária. Em 1968, Grupo passou a se chamar Escola Estadual Conselheiro José Joaquim da Rocha.

² Fonte do histórico da Educação: Plano Decenal Municipal de Educação 2006/2015.

Na década de 60, foram criadas várias escolas: a Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves, no Bairro de Fátima (1962), a Escola em Matipó, zona rural da cidade (1966), e, em Tomé Rodrigues a E. M. Coronel Durval de Barros (1969).

A necessidade de um colégio onde os alunos pudessem dar continuidade aos estudos gerou o decreto estadual de 14/10/1964, que criou o Ginásio Estadual Professor Antônio Fernandes Pinto.

O MOBREAL foi instalado em Rio Piracicaba no ano de 1970, atendendo também a necessidade de alfabetização dos funcionários da SAMITRI (empresa de extração de minério de ferro que atuou na cidade até 2002, quando foi vendida à CVRD).

Na década de 70 e início dos anos 80, houve implantação de novas escolas na área rural do Município. Outras foram reformadas e ampliadas. Houve a construção da Escola Estadual Sebastião Araújo (Bicas) e de ampliação de séries nas Escolas de Padre Pinto e Conceição de Piracicaba.

No início da década de 80, também foi implantado na cidade o ensino supletivo, por um convênio celebrado entre Prefeitura Municipal e Secretaria Estadual de Educação.

No período de 1983 a 1986, através um investimento de 26% do orçamento municipal em Educação, a Prefeitura Municipal ampliou e reformou, através da Secretaria Municipal de Educação, várias unidades escolares na zona rural e no centro, inclusive, a Escola Estadual Professor Antônio Fernandes Pinto, implantando, no período, juntamente ao Curso Normal, o Curso Técnico em Mineração. Foram admitidas 22 professoras municipais, 16 serviçais para as escolas e os professores leigos foram encaminhados para o projeto LOGOS II. Também foi elaborado o Estatuto do Magistério Público Municipal.

A Constituição de 1988 priorizou a educação e o governo de Minas Gerais considerou oportuno o momento para investir, descentralizar o sistema educacional em Minas Gerais e compartilhar as atividades com vários municípios mineiros, direcionando tais ações para qualidade na educação. Percebeu-se então o investimento em cursos de capacitação para professores. Tendo como meta a melhoria do ensino fundamental, foram eleitas, em nível estadual e municipal, as seguintes prioridades:

- Autonomia da escola (pedagógica, administrativa e financeira).
- Fortalecimento da direção da escola (direitos/colegiado).

- Avaliação do ensino.
- Capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais em educação.

O final da década de 80 e anos 90 foram marcados por processos legislativos relativos à educação. Com a edição da Lei Orgânica Municipal, houve o fim de uma regra de contratos temporários para professores, pois estes terminavam o ano letivo e só podiam ser contratados novamente decorridos dois anos, o que prejudicava os alunos e a organização escolar.

A edição da Lei 9.394, LDB, de 20/12/1996, definiu: as responsabilidades de cada ente federado e adotou o regime de colaboração para a melhoria da educação, instituiu o FUNDEF, novas regras de organização dos sistemas de ensino. A Educação Infantil passou a fazer parte da Educação Básica e a habilitação em nível superior para os professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Em Rio Piracicaba, nessa década, há a criação de Escolas de Pré-Escolar, além da implantação do Projeto Curumim, com trabalho pedagógico e de recreação para crianças de 6 a 12 anos. O período se caracterizou também pelo investimento em equipamento e reforma, mas também pelas municipalizações, devido à relação quantidade de alunos/verba de FUNDEF. Em 1996, foram municipalizadas a E. E. Américo Guedes, E. E. de Bicas e E. E. Murillo Garcia Moreira; em 1998, a E. E. Conselheiro José Joaquim da Rocha, E. E. Bernardo Ferreira Guimarães e E. E. do Povoado Nossa Senhora de Fátima. Porém, em 2001, a E. M. Conselheiro José Joaquim da Rocha foi retomada pelo estado, devido ao número de professores excedentes e dos altos gastos do Município com a educação, passando a se chamar E. E. de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

Nesse mesmo ano, pela exigência da LDB, iniciou-se a habilitação dos professores efetivos em Curso Normal Superior na rede estadual, pelo Projeto Veredas e, na rede municipal, pela UFOP. No quadriênio 2009/2012 importante mencionar a elevação do IDEB em razão das atividades diagnósticas realizadas e que orientaram as intervenções adotadas, especialmente, no ensino fundamental I.

TABELA 4 – IDEB Rio Piracicaba - resultados e metas projetadas para o 5º ano, 2009/2013.

4ª série / 5º ano													
Município ↓	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
RIO PIRACICABA	4,6	4,3	6,3	6,1	6,8	4,7	5,0	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4	6,6

Tabela 4 - IDEB 5º ANO.

TABELA 5 – IDEB DE Rio Piracicaba - resultados e metas projetadas para o 9º ano, 2009/2013.

3ª série / 9º ano													
Município ↓	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
RIO PIRACICABA	4,0	4,3	4,4	4,3	5,3	4,1	4,2	4,5	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0

Tabela 5 - IDEB 9º ano. Fonte, tabelas 4 e 5: INEP, <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>, Acesso em abril/2015.

Nesse período merece destaque, ainda: implantação dos laboratórios de informática em escolas municipais (Murillo Garcia, Bernardo Guimarães, Deputado João Nogueira e João Ferreira da Costa Córrego São Miguel que adota como atividade diversificada em sua grade curricular); Premiação da OBMEP; aprovação da Lei Municipal 2.163/2010 que institui o PROQUAT (Programa municipal de qualificação para o trabalho); implantação do PEAS (Programa de educação afetivo sexual); reconhecimento da comunidade Padre Pinto como quilombola e na Escola Municipal Bernardo Guimarães a implantação do Projeto cultural formação humana e cultura afro-brasileira/capoeira angola/dança/percussão e do PAB (Projeto aluno atleta da Bernardo).

Outro ganho importante, ainda no ano de 2009, em cumprimento ao mandamento constitucional e juntamente com a reforma administrativa pela qual passou o município, foi o debate que resultou na promulgação da Lei Municipal nº 2.133/2010 Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Magistério de Rio Piracicaba, com ampla participação dos profissionais da Educação.

No início de 2012, em caráter experimental, os alunos do 5º ano do ensino fundamental I da Escola Municipal João Duarte Júnior (comunidade rural de Carvalho) foram enturmados na Escola Municipal Sebastião Araújo. Concluiu-se que a inclusão

dos alunos de escolas rurais e multisseriadas em escolas urbanas e em turmas seriadas significava melhoria da qualidade da aprendizagem dos educandos. Por outro giro, poderia significar melhor qualidade do trabalho dos educadores. No mesmo sentido (janeiro/2013) optou-se por encerrar as atividades da Escola Municipal Padre Levy de Vasconcelos Barros em Matipó, com a enturmação dos alunos (fevereiro/2013) na Escola Municipal Bernardo Ferreira Guimarães.

A partir das constatações acima mencionadas, no ano de 2013 realizou-se um estudo das condições das demais escolas rurais sob os pontos de vista econômico, qualidade do ensino aprendizagem, condições de trabalho dos profissionais, satisfação dos alunos, dados populacionais³ e chegou-se à conclusão da inviabilidade dessas escolas, optando-se pela nucleação. Assim, em dezembro de 2013 foram nucleadas as seguintes escolas:

- Esc. Municipal Franklim Magalhães, povoado de Barroso, com enturmação dos alunos na Esc. Estadual Antonino Ferreira Mendes em Conceição de Piracicaba;
- Esc. Municipal João Duarte Júnior, povoado de Carvalho, com enturmação dos alunos na Esc. Municipal Sebastião Araújo em Bicas;
- Esc. Municipal Coronel Durval de Barros, povoado Tomé Rodrigues e Esc. Municipal Américo Guedes, povoado Guedes, com enturmação dos alunos na Esc. Municipal Deputado João Nogueira de Rezende, povoado Ponte Novinha.

Nessa mesma ocasião optou-se pela inclusão dos alunos do 5º ano do ensino fundamental I, da Escola Municipal Deputado João Nogueira de Rezende, do povoado de Ponte Novinha para a Escola Municipal Sebastião Araújo, e no ano seguinte adotou-se a mesma medida para os alunos do 4º ano do ensino fundamental I.

No ano de 2015 houve a nucleação da Escola Municipal João Ferreira da Costa, do povoado de Gomes de Melo, com enturmação dos alunos na Escola Municipal de Sebastião Araújo.

Tais alterações significaram a possibilidade de incluir educandos de pequenas escolas em escolas de porte médio, fazendo-se uma migração sequencial e de forma adaptativa para as séries seguintes do fundamental II, na qual os alunos são incluídos

³ Vide dados populacionais do item 2.2.

em escolas de maior porte. Essas mudanças foram avaliadas positivamente pelos alunos e pelos pais. Outra medida nesse mesmo sentido foi a adequação do transporte escolar para atender os alunos enturmados.

No sentido das nucleações, adotou-se com relação a EJA a mesma medida. No município de Rio Piracicaba o atendimento de jovens e adultos não alfabetizados na idade regular era realizado em três escolas, com média inferior a dez alunos e em turma multisseriada. No ano de 2014 após levantamento de dados optou-se por nucleá-los na Escola Municipal do Córrego São Miguel e em turmas seriadas. Foi realizado um diagnóstico prévio com os alunos para saber o grau de conhecimento e aprendizagem em que cada um se encontrava, e a partir daí eles foram selecionados por nível proximal. As vantagens identificadas foram: melhor planejamento das aulas; atendimento em uma escola com melhor infraestrutura; qualidade de merenda; diversificação das aulas e espaços educativos; acessibilidade; e a possibilidade de certificação de conclusão expedida pela própria escola.

Ainda pensando nos jovens e adultos fez-se parceria com o sistema FIEMG e através do SESI foi oferecido na Escola Municipal do Córrego São Miguel, no turno noturno, turmas para o ensino fundamental II, com a possibilidade para o 2º semestre do ano de 2015 o EJA Ensino Médio. Outra parceria importante foi realizada com o SENAC, que ofereceu vários cursos de qualificação profissional para jovens e adultos, sediado na Escola Municipal do Córrego São Miguel.

No que tange a formação continuada dos profissionais da educação, podemos destacar (últimos 10 anos) a parceria público-privada, que possibilitou a professores dos diversos segmentos a participação em cursos realizados no município. Convênios celebrados entre a Prefeitura de Rio Piracicaba e a Fundação Vale, e também com a Fundação ArcelorMittal, tornaram possíveis formações através da Comunidade Educativa Cedac, Escola Balão Vermelho de Belo Horizonte (COBAP), além da inclusão da metodologia Peas com os adolescentes.

5. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

5.1. Garantia do direito à educação básica com qualidade (primeiro grupo de metas).

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

5.1.1. Educação infantil (meta 1)

O PNE previu, em sua meta 1: *“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”*

Segundo dados do censo de 2010 (IBGE, tabela 1) a população infantil do município de Rio Piracicaba de 0 a 3 anos era de 662, e de 4 a 5 anos era de 353 crianças. Segundo a mesma fonte (gráfico 13), naquela época 26,5% da população de 0 a 3 anos estavam matriculados em escolas.

GRÁFICO 13- Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.

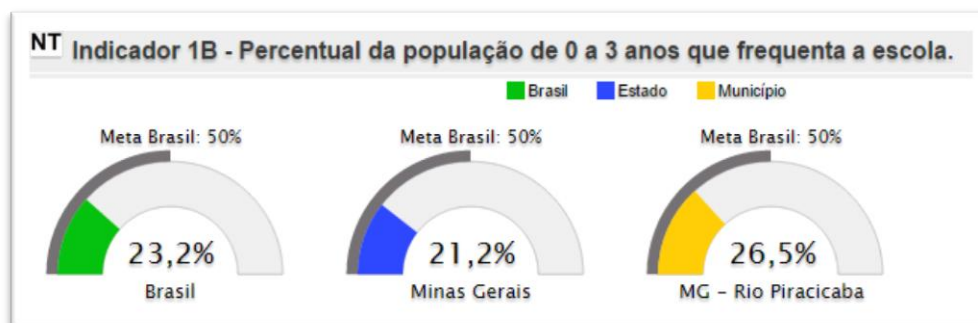


Gráfico 13 - Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

GRÁFICO 14 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola

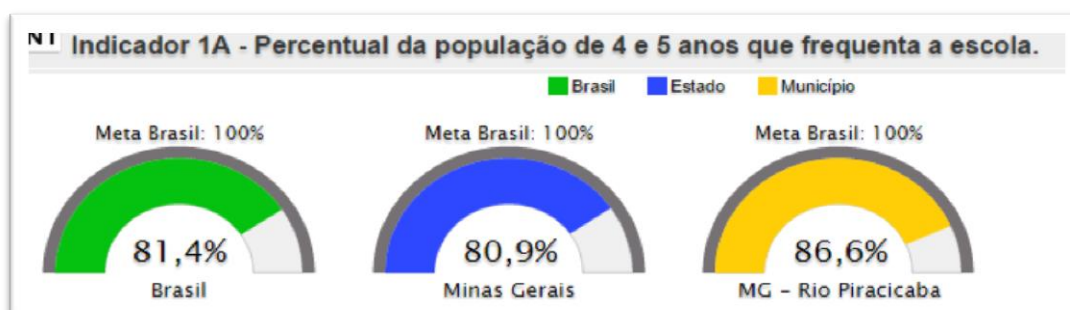


Gráfico 14 - População de 4-5 anos. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Dados do IBGE censo de 2010 demonstram que em dez anos a população de 0 a 5 anos decresceu no município de Rio Piracicaba, o que nos leva a pensar que a meta proposta para o próximo decênio deve levar em consideração esse indicador ao fazer as projeções numéricas, uma vez que seguindo a tendência de decréscimo populacional será possível atingir o almejado. A mesma tendência de queda pode ser observada no ano de 2012, conforme dados do DataSus, na tabela 7.

TABELA 6- População na faixa etária de 0 a 5 anos, em 10 anos (2000/2010), Rio Piracicaba.

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos
Urbana	2000	653	396
	2007	600	329
	2010	536	279
Rural	2000	298	117
	2007	161	108
	2010	126	74
Total	2000	951	513
	2007	761	437
	2010	662	353

Tabela 6 - População de 0 a 5 anos.

TABELA 7 – População na faixa etária de 0 a 5 anos, estimada pelo DataSus, 2012.

Menor 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
153	158	164	171	179	187	1012
646				366		

Tabela 7 - população 0 a 5 anos, DataSus. Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

TABELA 8 – N°. de crianças de 0 a 5 anos matriculadas na Educação Infantil, 2015.

Escola/ Faixa etária	Creche Dona Rita	E. M. Bernardo F. G.	E.M. Sebastião Araújo	E. M. Dona Rita	E. M. Murillo Garcia	Creche Eunice Leles	E. M. Pingo de Gente	E. M. João Nogueira	APAE	Rede privada	Total
0 a 3	29	0	2	40	8	99	18	0	2	39	237
4 a 5	16	12	25	68	29	100	32	2	1	23	308
----	45	12	27	108	37	199	50	2	3	60	545

Tabela 8 - Matrícula de 0 a 5 anos por escola. Fonte: Escolas do município.

Uma vez que não há dados populacionais atualizados para confrontarmos com os dados educacionais, os cálculos serão realizados tomando-se como base os dados populacionais do Datasus de 2012. Nesses termos podemos afirmar que a oferta da educação infantil na faixa etária de 0 a 5 anos atende ao critério universalização visto que em toda a rede municipal há oferta de vagas para a educação infantil, inclusive na rede privada e escolas especiais (APAE). Cruzando-se os dados populacionais de 2012 (Datusus) e dados de ocupação das escolas em 2015 verificamos que houve aumento na oferta de matrículas de 0 a 3 anos com percentual de ocupação de 36,53%. Com relação à oferta de matrículas de 4 a 5 anos há um pequeno decréscimo já que o percentual de ocupação caiu de 86,6% para 84,43%.

Importante acrescentar que levantamento realizado entre fevereiro e março de 2015 apontou que há uma demanda reprimida para ingresso de crianças em maternal totalizando uma lista de espera com 62 crianças, das seguintes localidades: Bom Jesus, Praia, B. Mariana de Vasconcelos, B. São Sebastião, Centro, B. Louis Enschede, Vilela, Córrego São Miguel, Bicas. O referido levantamento foi realizado pela Escola de Educação Infantil Dona Rita Martins, que está em fase de adequações para receber esse público. Assim, após a reforma da Esc. Dona Rita Martins, espera-se que seja possível atender em torno de 40 crianças de 3 anos de idade, ou seja, em torno de 6,19% (seis inteiros e dezenove centésimos por cento). Com essa expectativa de atendimento o município passara para 42,72% (quarenta e dois inteiros e setenta e dois centésimos por cento), percentual muito próximo da meta pretendida pelo PNE (50% até o final da vigência).

Levando-se em consideração que a população de Rio Piracicaba vem apresentando taxas negativas de crescimento e que os dados dos órgãos oficiais são estimados, há necessidade de dados locais para serem contrapostos. Assim, sugere-se, como uma estratégia para atingir essa meta, fazer a busca ativa das crianças menores de cinco anos para verificar quais as que estão fora de sala de aula e que razões justificam as não matrículas, para diante dos casos concretos adotar as medidas adequadas.

5.1.2. Ensino fundamental (meta 2)

Em relação a esse tema, o PNE previu, meta 2: *“Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.”*

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado mostra-nos que o critério universalização do ensino fundamental está sendo atendido, havendo oferta de vagas em toda a rede pública do município, sendo que os alunos são atendidos na zona urbana e rural, em escolas municipais e estaduais. Convém destacar que já em 2010 o município cumpria a meta estabelecida pelo atual PNE, visto que 98,9% da população com idade entre 6 e 14 anos possuía o ensino fundamental completo na idade recomendada, conforme gráfico 15 (fonte IBGE).

GRÁFICO 15 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentava a escola.

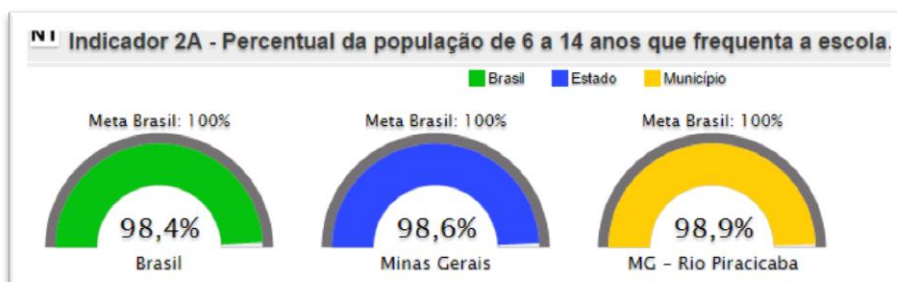


Gráfico 15 - Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

TABELA 9 – População de 6 a 14 anos, segundo DataSus, 2012.

Faixa etária	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total
Nº	194	202	210	219	225	232	238	244	248	2012

Tabela 9 - População de 6 a 14 anos. Fonte: DataSus, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu. Acesso abril, 2015.

TABELA 10 – Distribuição de alunos, escolas municipais, faixa etária 6-14 anos, 2015.

Escola/ Faixa etária	E. M. João Nogueira	E.M. Sebastião Araújo	E. M. Bernardo F. G	E. M. Murillo Garcia	E.M. Córrego São Miguel	Escolas Estaduais	APAE	Rede privada	Total
6- 14	27	89	207	401	378	758	9	27	1896

Tabela 10 - Distribuição de alunos de 6 a 14 anos. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio Piracicaba. Escolas estaduais: B. Fátima, Antonino, Conselheiro, Antônio Fernandes. Privadas: Centec e Kennedy.

Da análise dos gráficos e tabelas acima, dividindo-se o atual número de alunos matriculados pela população em 2012 temos um percentual de 94,23%, verificando-se que o município está próximo de alcançar a meta de atingir a meta de 95% de alunos concluindo o ensino fundamental na idade recomendada. Como já mencionado anteriormente, os dados populacionais dos órgãos oficiais são estimados (DataSus), e nos últimos anos vem sofrendo decréscimos, carecendo de dados locais para serem contrapostos.

Diante do exposto, uma das estratégias para atingir essa meta será fazer a busca ativa para verificar se há alunos dentro dessa faixa etária que estão fora de sala de aula e que razões justificam as não matrículas, para serem adotadas as medidas adequadas.

GRÁFICO 16 – Percentual de alunos de 16 anos com ensino fundamental concluído.

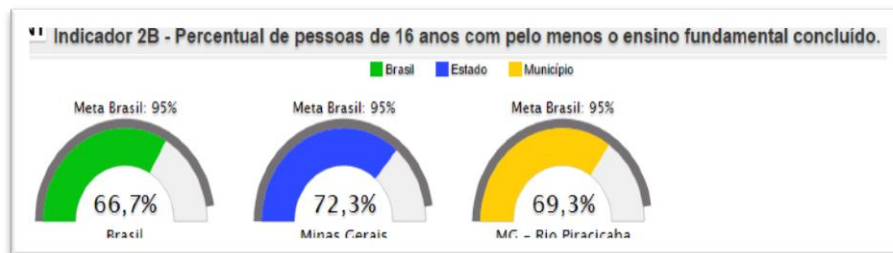


Gráfico 16 - Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

TABELA 11 – Distribuição dos alunos nas escolas municipais anos finais do Ensino Fundamental, com distorção série idade, 15-16 anos, 2015.

E. M. Bernardo F. G.	E. M. Córrego São Miguel	E. M. Murillo Garcia	Escolas estaduais	TOTAL
8	20	15	46	89

Tabela 11 - Alunos com distorção série idade.

TABELA 12 – População de 15 a 16 anos, DataSus, 2012, Sec. Mun. Saúde.

15	16	Total
252	257	509

Tabela 12 - População de 15 a 16 anos. Fonte DataSus, 2012.

TABELA 13- Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Distorção Idade-Série
2006	14,1
2007	10,9
2008	11,3
2009	10,5
2010	9,7
2011	8,9
2012	6,2
2013	4,2

Tabela 13 - Taxa de distorção série idade. Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Acesso em março de 2015.

TABELA 14 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental

Ano	Distorção Idade-Série
2006	30,3
2007	28,1
2008	28,8
2009	31,1
2010	28,2
2011	24,7
2012	20,9
2013	20,2

Tabela 14 - Distorção série idade anos finais Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Consulta realizada em março de 2015.

Quadro 4 – Taxa de distorção idade-série, escolas estaduais e municipais, Rio Piracicaba, 2014.

Taxa de Distorção Idade-Série por Município - 2014																		
Unidade	Região	UF	Código do Município	Nome do Município	Localização	Rede	Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
							Total Fundame	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Total	Estadual	10	2,6	19,2	--	4,6	3,1	3,9	2	14,9	21,2	21,3	19,3
014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Total	Municipal	11,5	3,3	18,8	0,8	2,7	--	3,9	8,1	17	24,2	16,5	17,7
014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Rural	Municipal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Urbana	Estadual	10	2,6	19,2	--	4,6	3,1	3,9	2	14,9	21,2	21,3	19,3
014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Urbana	Municipal	11,9	3,6	18,8	0,9	2,9	--	4,1	8,1	17	24,2	16,5	17,7

Quadro 4 – Taxa de distorção idade série, Fonte: INEP, <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em abril de 2015.

TABELA 15 – Distribuição dos alunos nas escolas municipais Anos finais com distorção série idade, Ensino Fundamental, 2015.

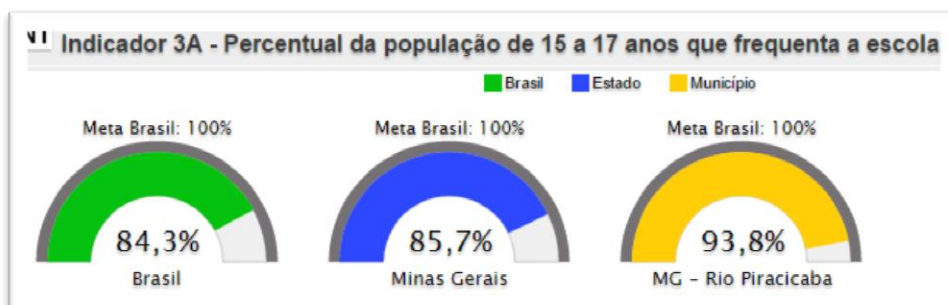
E. M. Bernardo F. G.	E. M. Córrego São Miguel	E. M. Murillo Garcia	Escolas estaduais	TOTAL
8	20	15	46	89

Tabela 15 Alunos com distorção série idade por escola. Fonte: Escolas municipais, 2015.

5.1.3. Ensino médio (meta 3)

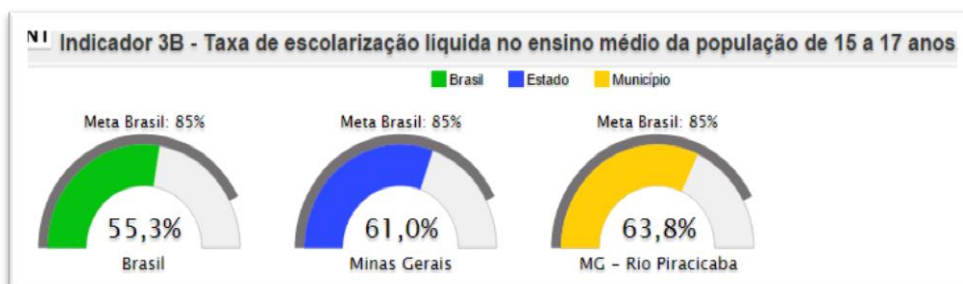
Nesse tema, o PNE previu, em sua meta 3: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.”

GRÁFICO 17 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

GRÁFICO 18 – Taxa de escolarização líquida, ensino médio, população 15 a 17 anos.



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

TABELA 16 – Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio

Ano	Distorção Idade-Série
2006	40,1
2007	40
2008	36,1
2009	34,2
2010	35
2011	34,4
2012	29,8
2013	31,8

Tabela 16 – Distorção serie idade, Ensino Médio. Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI.

Quadro 4 – Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio

INEP Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

|

Taxa de Distorção Idade-Série por

Taxa de Distorção Idade-Série, por Dependência Administrativa e Localização, nos Níveis de Ensino Fundamental de 8 e 9 anos e Médio,

Ano	Região	UF	Código do Município	Nome do Município	Localização	Rede	Tipo de Dependência	Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino Médio				
								Total Médio	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Total	Total	#	26,7	28	30,9	17	100
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Total	Estadual	#	26,7	28	30,9	17	100
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Total	Municipal	#	--	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Total	Privada	--	--	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Total	Público	#	26,7	28	30,9	17	100
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Rural	Total	--	--	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Rural	Municipal	--	--	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Rural	Público	--	--	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Urbana	Total	#	26,7	28	30,9	17	100
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Urbana	Estadual	#	26,7	28	30,9	17	100
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Urbana	Municipal	#	--	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Urbana	Privada	--	--	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	3155702	RIO PIRACICABA	Urbana	Público	#	26,7	28	30,9	17	100

Quadro 5 – Taxa de distorção, ensino médio. Fonte: INEP, <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso abril de 2015.

TABELA 17 – População de 15 a 17 anos, segundo DataSus, 2012.

Idade	15	16	17	Total
Nº alunos	252	257	256	765

Tabela 17 - População de 15 a 17 anos Fonte: DataSus, 2012.

TABELA 18 – Distribuição dos alunos nas escolas municipais, Ensino médio, 2015.

Escola/ Faixa etária	Esc. Est. Antônio F. Pinto	Rede privada	Técnico profissionalizante	Total
15-17	396	18	228	642

Tabela 18 - População de 15 A 17 anos por escola. Fonte: escolas.

Conforme os dados e informações disponíveis, podemos concluir que o ensino médio está universalizado antes do prazo estipulado na meta do PNE, pois aos jovens de 15 a 17 anos de Rio Piracicaba estão sendo oferecidas as condições de se matricular, quer seja pela oferta em escola pública, quer seja pela oferta de transporte escolar para aqueles que se matriculam em cursos técnicos profissionalizantes em João Monlevade.

5.1.4. Alfabetização (metas 5 e 9).

Em relação a esse tema, o PNE previu duas metas:

- a) *Meta 5: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”;*

b) Meta 9: “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.”

No contexto da meta 5, dados oficiais mostram que Rio Piracicaba está muito próximo de atingir essa meta, e para tanto, têm contribuído positivamente as medidas de intervenção com os alunos (PIP) e a formação continuada com os professores.

GRÁFICO 17 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.

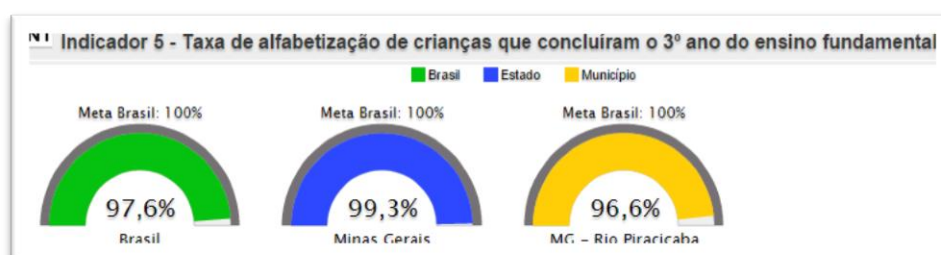


Gráfico 17 - Taxa de alfabetização. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Segundo informações do observatório nacional do PNE, “Uma criança pode ser considerada alfabetizada quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo sua capacidade de se expressar, de desfrutar a literatura, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros, de participar do mundo cultural no qual está inserido”.⁴

Dados das avaliações externas Proalfa/MG (programa de avaliação da alfabetização), comparativamente do ano de 2009 e do período compreendido entre 2011 a 2013 (média municipal), vêm apresentando um crescimento positivo nas escolas municipais. Os resultados de proficiência têm sinalizando bom desempenho na alfabetização dos alunos do 3º ano do ensino fundamental, já que em torno de 80% (oitenta por cento) dos alunos estão dentro do padrão recomendável para a língua portuguesa.

TABELA 19- Quadro das médias comparadas, resultados de Proficiência, Proalfa 2009, 3º ano do ensino fundamental, Rio Piracicaba.

⁴ <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em abril de 2015.

1 - Quadro das médias comparadas.

	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PÚBLICA
Estado	551,6	514,1	528,1
SRE	564,9	506,7	528,7
Município	547,0	521,9	534,7

Tabela 19 - Médias comparadas Proalfa 2009. Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-antigos/resultadosescala/>. Acesso em abril de 2015.

TABELA 20 - Evolução do percentual de alunos por Padrão de Desempenho, 3º ano do ensino fundamental, Proalfa/MG 2011/2013, escolas municipais, Rio Piracicaba.

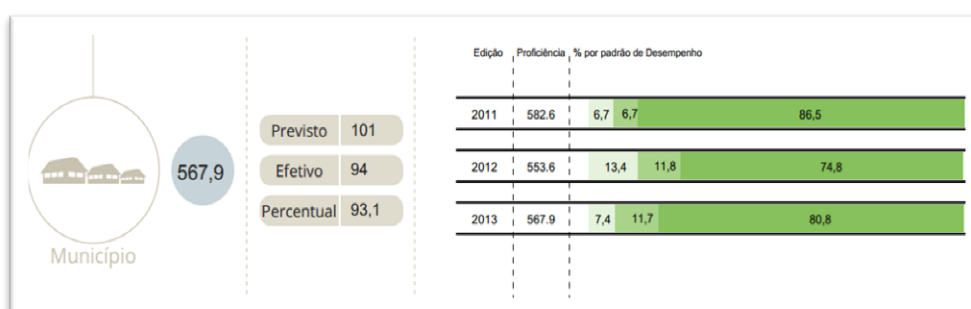


Tabela 20 - Proalfa 2011 a 2013.

Legenda: Padrão de desempenho Baixo Intermediário Recomendável

Fonte: SEE/MG <https://www.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/page/15115-simave>. Acesso em abril de 2015.

De acordo com tabela acima, podemos verificar que no período de 2011 a 2013 somando os percentuais dos padrões intermediário e recomendável, a média do padrão de desempenho situa-se em 90% (noventa por cento), dado compatível com aquele apresentado pelo gráfico 19 (IBGE).

Quadro 5 - Situação das escolas da Rede Municipal de Ensino em relação aos alunos do Ciclo de Alfabetização e Complementar_ Avaliações Internas, 2015.

Anos de escolaridade	Nº de alunos Baixo desempenho Porcentagem (%)	Nº de alunos de desempenho intermediário Porcentagem (%)	Nº de alunos com desempenho recomendável Porcentagem (%)	Total de alunos por ano de escolaridade
1º ano	27= 20%	42= 31%	66= 49%	135
2º ano	18= 15,5%	39= 34%	58= 50,5%	115
3º ano	21= 23,5%	29= 32,5%	39= 44%	89
4º ano	24= 23%	32= 31%	48= 46%	104
5º ano	22= 16%	61= 45%	52= 39%	135
				578

Quadro 6 – Situação das escolas da rede municipal de ensino. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Rio Piracicaba.

Dados das avaliações diagnósticas internas aplicadas nas escolas municipais em junho de 2014 (quadro 5), mostram que menos de 20% (vinte por cento) dos alunos da rede municipal encontravam-se no nível de baixo desempenho.


Outro dado que corrobora o afirmado acima, são os resultados das avaliações diagnósticas aplicadas na rede das escolas municipais, em 2014, através do PIP (Programa de Intervenção Pedagógica), demonstrando que os alunos dos 3º anos do Município apresentavam as seguintes hipóteses de escrita dentro do processo de alfabetização no mês de março de 2014, conforme quadro consolidado abaixo:

Pré-silábico	Silábico sem valor sonoro	Silábico com valor sonoro	Silábico alfabético	Alfabético
—	—	7 alunos=8,3%	18 alunos=21,3%	60 alunos=70,5%

Quadro 7 – Avaliações diagnósticas PIP.

Não se pode confundir “*ter alcançado uma hipótese alfabética de escrita*” com estar “*alfabetizado*”. A passagem da primeira condição à seguinte deverá ser, o resultado de um cuidadoso processo de ensino-aprendizagem das convenções som – grafia e de suas relações e significados. Assim, dos 60 alunos alfabéticos: i) 25 alunos= 41,7% eram alfabético inicial; ii) 35 alunos=58,3% eram alfabético-ortográfico.

Com as intervenções realizadas no decorrer do ano letivo pelo PIP e pela organização interna das escolas o resultado foi muito positivo, pois no mês de dezembro os alunos do ciclo da alfabetização compreendiam o domínio da escrita alfabética.

Pré-silábico	Silábico sem valor sonoro	Silábico com valor sonoro	Silábico alfabético	Alfabético		Alfabético Inicial	Alfabético-ortográfico
—	—	—	—	85 alunos = 100%		25 alunos = 29,5%	60 alunos = 70,5%

Quadro 8 - Resultados do PIP após as intervenções.

Portanto, as intervenções enquanto modalidade de estratégia precisa ser ampliadas para os demais anos do ciclo complementar como política pública para corrigir possíveis deficiências que não tenham diagnósticas no ciclo de alfabetização.

De acordo com o IBGE, analfabeta é a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.⁵ No contexto da meta 9, dados oficiais (IBGE/2010) mostram que Rio Piracicaba está muito próximo de atingir essa meta, e para tanto,

⁵ Fonte: http://simec.mec.gov.br/pde/pne/notas_tecnicas/NT_Indicador_9A.pdf

têm contribuído positivamente as medidas de intervenção com os alunos e a formação continuada com os professores.

GRÁFICO 18 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

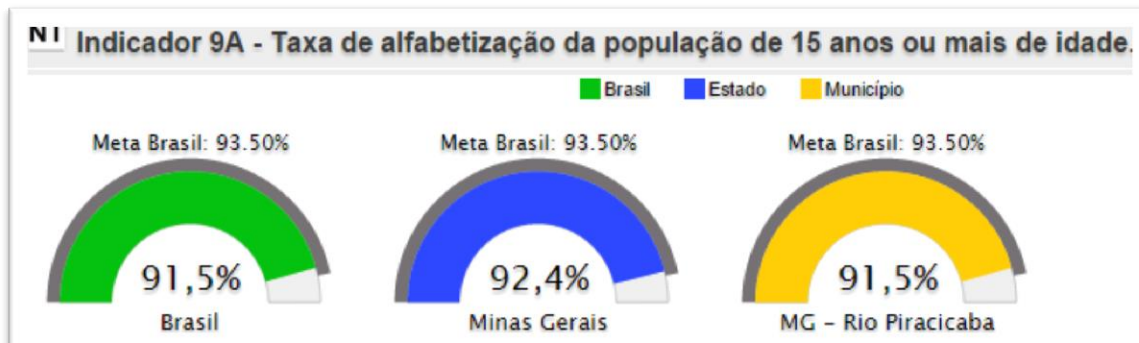


Gráfico 18 - Taxa alfabetização 15 ou mais. Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010. Acesso em março de 2015.

Segundo informações do observatório nacional:⁶ “...O cumprimento da meta de conclusão do Ensino Fundamental na idade correta, por sua vez, exigirá mudanças estruturais, sobretudo nos Anos Finais. As políticas públicas deverão ter como foco um ensino de melhor qualidade e sintonizado com a entrada dos jovens na adolescência, que proporcione menores índices de reprovação e de evasão”.

As tabelas 21 e 22 (período 2011/2013) mostram que a proficiência média dos alunos nos anos finais do ensino fundamental sofre um declínio, sendo mais proeminente o padrão intermediário, tanto na Língua Portuguesa como Matemática. Achando-se a média entre o padrão intermediário e o recomendável verificam-se percentuais de 86,2% (oitenta e seis inteiros e dois décimos por cento) e 83% (oitenta e três por cento), respectivamente para Língua Portuguesa (tabela 20) e Matemática (tabela 21).

No período compreendido entre 2011 a 2013 houve um declínio no padrão de desempenho considerado **baixo** e a elevação do padrão **recomendado**, mostrando que no triênio os resultados foram positivos, meta que deve ser buscada com afinco por significar elevação da qualidade do ensino fundamental II.

TABELA 21 - Evolução do percentual de alunos por Padrão de Desempenho, Língua Portuguesa, 9º ano Proeb/MG 2011/2013, escolas municipais, Rio Piracicaba.

⁶ Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/2-ensino-fundamental>. Acesso em abril de 2015.

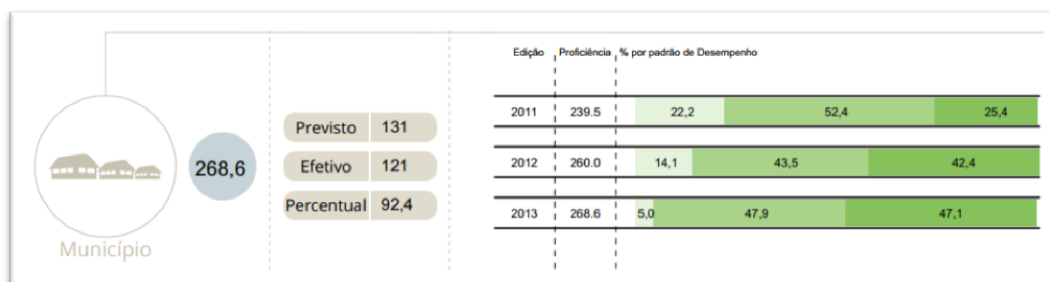


Tabela 21 – Proficiência média alunos anos finais Português.

Fonte: <http://www.simave.caeduffj.net/proeb/resultados-2013/>. Acesso em abril de 2015.

TABELA 22- Evolução do percentual de alunos por Padrão de Desempenho, Matemática, 9º ano Proeb/MG 2011/2013, escolas municipais, Rio Piracicaba.

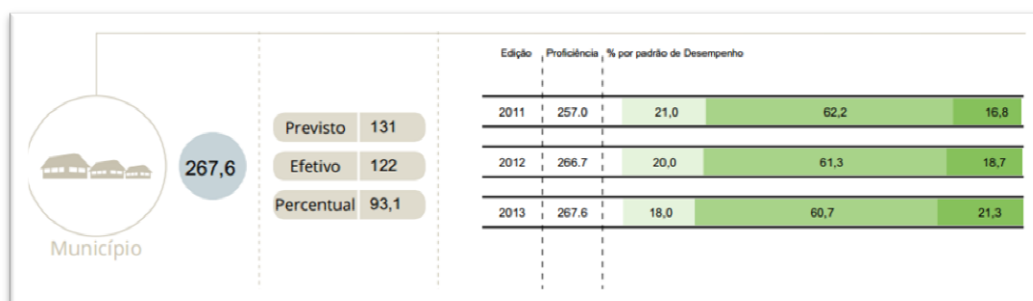


Tabela 22 – Proficiência média anos finais, Matemática.

Fonte: <http://www.simave.caeduffj.net/proeb/resultados-2013/>. Acesso em abril de 2015.

TABELA 23 - Resultados das Avaliações Diagnósticas Internas, anos finais.

Anos de Escolaridade	Porcentagem (%)						Porcentagem (%)						Porcentagem (%)						Total de alunos
	LP	M	H	G	C	I	LP	M	H	G	C	I	LP	M	H	G	C	I	
6º ano	16,5%	18,5%	14%	15%	10,5%	5%	46,5%	53%	51,5%	64%	64,5%	56%	37%	29%	35,5%	21%	25%	38%	152
7º ano	18,5%	15%	2,5%	6%	9,0%	4,5%	64,5%	72%	66,5%	69%	64,5%	66%	17,5%	13,5%	32%	26,5%	27%	31,5%	155
8º ano	16,5%	13,5%	12,5%	9,5%	20,5%	9%	70,5%	69,5%	57%	76%	28%	55%	13%	17%	30,5%	13%	25,5%	33%	175
9º ano	7%	17,5%	4,0%	8%	8,5%	1,5%	73%	70,5%	60%	63%	61%	60%	20%	12%	35,5%	29%	28,5%	37%	141
																			625

LP: Língua Portuguesa M: Matemática H: História G: Geografia C: Ciências I: Inglês

Tabela 23 - Resultados avaliações diagnósticas internas.

Quanto à taxa de analfabetismo funcional cumpre salientar que o conceito de analfabetismo funcional, de acordo com o IBGE, “considera as pessoas com 15 anos ou mais de idade, com menos de quatro anos de estudo”.

Ante os dados oficiais, expostos no gráfico 19, pode-se deduzir que o município está muito aquém da meta 9. Nesses termos, e à mingua de dados mais atuais e locais, é

preciso verificar quem são esses indivíduos e qual a real situação deles, já que nesse grupo podem estar compreendidos adultos que já se encontram matriculados na modalidade EJA, unidades de Ensino Supletivo ou fora do âmbito escolar.

GRÁFICO 19 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade

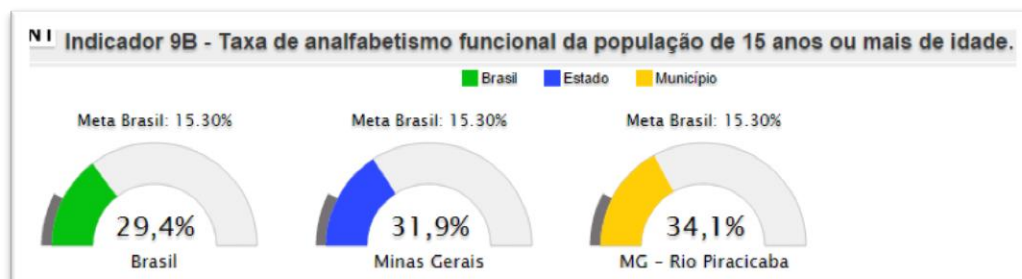


Gráfico 19 - Taxa analfabetismo funcional. Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010. Acesso março de 2015.

Atualmente, para atender a faixa etária de 15 anos ou mais, que não concluíram o ensino fundamental, há no município duas unidades de ensino. Com as reformas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação, as unidades municipais de EJA foram nucleadas e ficou convencionado que a Escola do Córrego São Miguel será a referência para as matrículas dos interessados em concluir o ensino fundamental I, podendo ser estendido também para o fundamental II. No ano de 2015 foram matriculados 20 alunos, entre homens e mulheres, jovens e adultos.

Outra possibilidade existente no município para atender a faixa etária de 15 anos ou mais, é a unidade de Ensinos Supletivos (CESEC) Martinha de Oliveira Araújo com EJA Sp II, EJA Sp Médio, e Educação Profissional, com o seguinte quadro de alunos matriculados em 2015:

Quadro 10 – CESEC - Martinha de Oliveira Araújo, nº de alunos por idade e turma, 2015.

15 - 17 ANOS	41	18 - 29 ANOS	165	ACIMA DE 29 ANOS	124	TOTAIS	330
Educação Profissional	6	Educação Profissional	8	Educação Profissional	8	Educação Profissional	22
EJA Sp FII	35	EJA Sp FII	62	EJA Sp FII	59	EJA Sp FII	156
EJA Sp Médio	0	EJA Sp Médio	95	EJA Sp Médio	57	EJA Sp Médio	152

Quadro 9 – Dados do CESEC, 2015. Fonte: secretaria da unidade Cesec.

Assim, no futuro, dados mais atualizados podem sinalizar a necessidade de investimentos na modalidade EJA (Educação de jovens e adultos) como política pública destinada a reduzir a taxa de analfabetismo funcional para que nos próximos anos seja atingida a meta pretendida. Caso se vislumbre tal necessidade, por todo o exposto acima, pode-se concluir que caso seja constatado que há indivíduos ainda analfabetos, na faixa etária de 15 anos ou mais, são favoráveis as expectativas para incluí-los no processo de alfabetização já que há unidades educacionais em condição plena de recebê-los.

5.1.5. Educação em tempo integral (meta 6)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 6: *“Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica.”*

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico sinaliza-nos que estamos muito aquém da meta prevista pelo PNE. Atualmente, apenas duas escolas atendem dentro dessa modalidade. A Escola Municipal Bernardo F. Guimarães em Padre Pinto atende 60 alunos com recursos financeiros do Programa Mais Educação. A Escola Estadual Antonino Ferreira Mendes atende cerca de 50 alunos através do Programa Proeti (Programa de Educação em Tempo Integral).

No entanto, é preciso ressaltar que os atuais recursos financeiros recebidos pelo município são insuficientes para se fazer investimentos para a educação em tempo integral, tornando-se necessários repasses dos entes governamentais estadual e federal, conforme estão previstos nas estratégias para essa meta.

GRÁFICO 20 – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

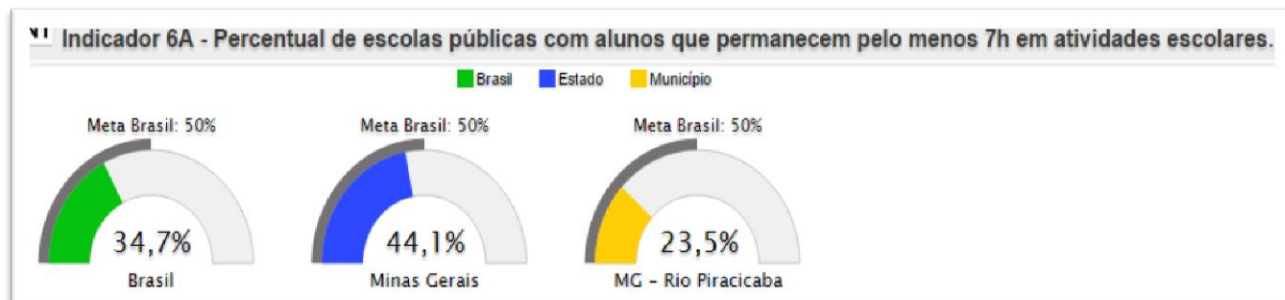


Gráfico 20 - Escolas publicas com 7 horas de atividades diárias. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.

TABELA 24 – Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino.

Etapa					
Ano	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
2010	6	4,3	4,4	4,4	4,3
2011	5,2	4,6	4,3	4,4	4,4
2012	6,4	4,3	4,3	4,4	4,4
2013	6	4,3	4,3	4,4	4,3

Tabela 24 - Horas aula diária por etapa de ensino. Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI. Acesso em março de 2015.

Gráfico 21 - Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

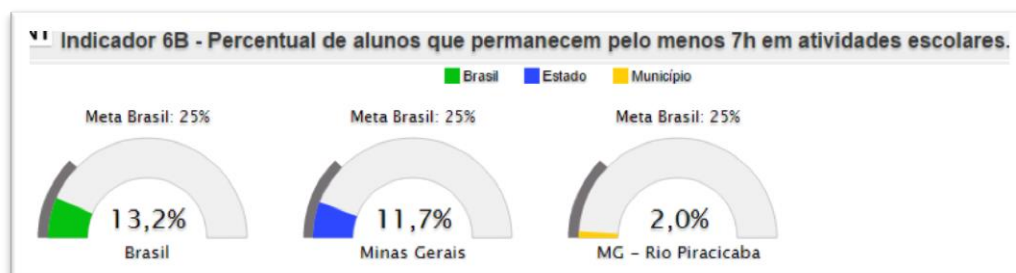


Gráfico 21 - Permanência de alunos nas escolas por 7 horas. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013. Acesso em março de 2015.

5.1.6. Aprendizado adequado na idade certa (meta 7)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 7: *“Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb”*:

TABELA 25 – Médias nacionais para o Ideb constantes da meta 7 do PNE.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Tabela 25 - Médias nacionais para o IDEB.

Fonte: PNE (Lei nº. 13.005/2014).

TABELA 26 – IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.

4ª série / 5º ano													
Município ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
RIO PIRACICABA	4,6	4,3	6,3	6,1	6,8	4,7	5,0	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4	6,6

Obs:
 † Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 * Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
 ** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
 *** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.
 ‡ Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atinou a meta.

Tabela 26 - IDEB para o 5º ano do ensino fundamental.

Fonte: INEP, atualizado em 14/08/14, Acesso em abril de 2015.

TABELA 27 - IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública.

9ª série / 9º ano													
Município ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
RIO PIRACICABA	4,0	4,3	4,4	4,3	5,3	4,1	4,2	4,5	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0

Obs:
 † Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 * Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
 ** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
 *** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.
 ‡ Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atinou a meta.

Tabela 27 - IDEB para o 9º ano ensino fundamental.

Fonte: INEP, atualizado em 14/08/14, Acesso em abril de 2015.

Conforme os dados e informações acima, podemos observar que nos últimos anos o Ideb de Rio Piracicaba vem apresentando crescimento positivo acima das metas projetadas para o cenário nacional.

5.1.7. EJA integrada à educação profissional (meta 10)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 10: *“Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.”*

GRÁFICO 22 – Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

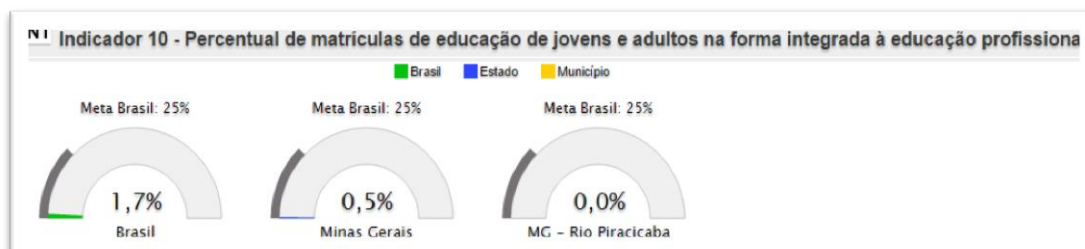


Gráfico 22 - Matrículas de jovens e adultos educação profissional. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

Conforme os dados e informações oficiais (gráfico 25), o diagnóstico levantado demonstra que o município está muito aquém do previsto na meta 10.

Entretanto, cumpre salientar que esta não é a realidade já que há no município unidade de ensino supletivo (CESEC) que oferece educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, conforme demonstrado acima no gráfico 24, tendo sido matriculados 22 alunos em 2015, número que pode ser elevado com a liberação de novas turmas do Pronatec ainda no segundo semestre de 2015, questão que é da competência administrativa do governo federal.

5.1.8. Educação profissional (meta 11)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 11: *“Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.”*

TABELA 28 – Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio

Ano	Integrada	Concomitante	Subsequente
2007	0	0	0
2008	0	0	0
2009	0	0	0
2010	0	0	0
2011	0	0	0
2012	0	0	0
2013	0	0	0

Tabela 28 - Matrículas em cursos de Educação Profissionalizantes, série histórica.
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

TABELA 29 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede

Rede			
Ano	Pública	Privada	
2007	0	0	
2008	0	0	
2009	0	0	
2010	0	0	
2011	0	0	
2012	0	0	
2013	0	0	

Tabela 29 - Ensino médio profissionalizante por rede de ensino.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

TABELA 30 - Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade.

Localidade			
Ano	Urbana	Rural	
2007	0	0	
2008	0	0	
2009	0	0	
2010	0	0	
2011	0	0	
2012	0	0	
2013	0	0	

Tabela 30 - Educação Profissional técnica por localidade.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Dados oficiais trazidos para esse documento demonstram o que de fato se constata, ou seja, em Rio Piracicaba não há escolas regulares oferecendo cursos técnicos profissionalizantes. Ante a inexistência de cursos técnicos profissionalizantes adota-se como estratégia a oferta de transporte para estudantes que frequentam essa modalidade de ensino na cidade vizinha João Monlevade, em escolas públicas ou da

rede privada. Dados do serviço de transporte escolar informam que atualmente são atendidos 228 (duzentos e vinte e oito) educandos, nos turnos matutino e noturno.

5.2. Superação das desigualdades e a valorização das diferenças (segundo grupo de metas)

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no contexto das metas que dizem respeito à superação das desigualdades e à valorização das diferenças, caminhos imprescindíveis para a equidade.

5.2.1. Educação especial/inclusiva (meta 4)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 4: *“Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.”*

Dados do gráfico 23 demonstram que desde 2010 o município já se encontra em uma situação de destaque superando as realidades nacional e estadual. De fato verifica-se que em toda a rede de ensino do município há alunos de 4 a 17 anos com alguma modalidade de deficiência frequentando as escolas (estaduais e municipais), da educação infantil ao ensino médio, conforme gráfico a seguir, destacando-se as escolas municipais em número de matrículas.

Gráfico 23 - Matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns, por dependência administrativa.

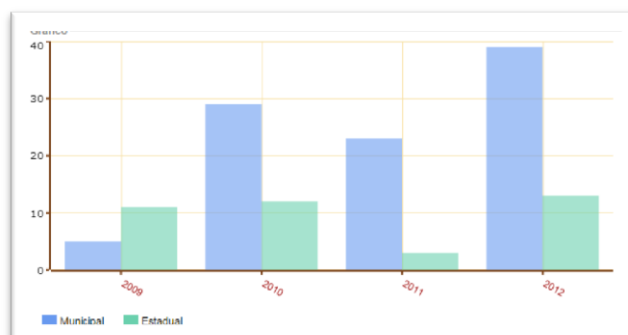


Gráfico 23 - Matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns, por dependência administrativa. Fonte: <http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/3155702/captchadis/>. Acesso maio de 2015.

No que diz respeito a essa população, merece destaque o atendimento oferecido na sala AEE (atendimento educacional especializado), sediada na Escola Estadual

Conselheiro José Joaquim da Rocha. Além disso, desempenha um papel importante a APAE que atende aqueles que por alguma razão, ainda, não estão aptos a frequentarem a escola regular. Cumpre salientar que a APAE/Rio Piracicaba possui autorização para funcionar com o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), e está em fase final de recursos junto à SER/Nova Era para autorização do EJA anos iniciais, medida que contribuirá para elevar os dados do atendimento educacional especializado.

Quadro 8 – Número de alunos de 4 a 17 anos com deficiência matriculados em 2015.

Escola/ Faixa etária	E.M. Córrego S. Miguel	E. M. Bernardo F. G.	E. M. Murillo Garcia	E. M. Mickey	E. M. João Nogueira	APAE	E. Est. Antonino	AEE E. Est. Cons. José J. da Rocha	E.Est. Antônio F. Pinto	Total
0 a 5	-	2	1	1	1	3	-	-	-	8
6 a 14	15	8	9	-	-	9	5	19	4	69
>15	-	-	2	-	-	41	1	5	2	51
Quadro 10 – Matrículas de alunos com deficiência em 2015. Fonte: escolas do município										128

GRÁFICO 24 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

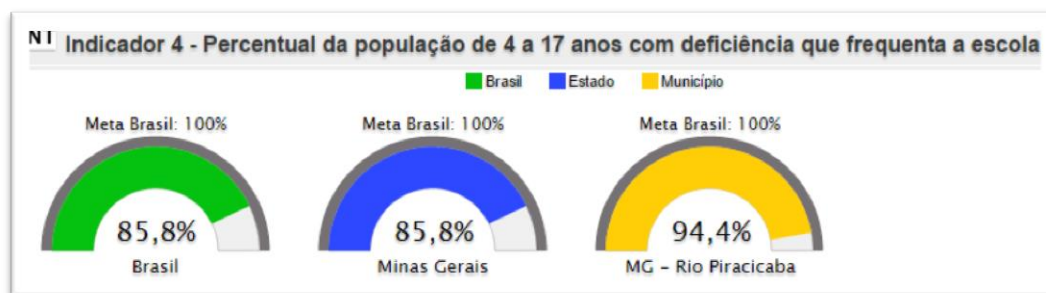


Gráfico 24 - População de alunos deficientes 4 a 17 anos.. Fonte: Censo Populacional – 2010

TABELA 31 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe.

Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns

Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Classes Comuns	
2007	0%	0	89,8%	88	10,2%	10
2008	0%	0	84,4%	76	15,6%	14
2009	0%	0	81%	68	19%	16
2010	0%	0	60,7%	54	39,3%	35
2011	0%	0	68%	51	32%	24
2012	0%	0	50%	48	50%	48
2013	0%	0	45,4%	49	54,6%	59

Tabela 31 - Matrículas de alunos com deficiência.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.
Matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns

GRÁFICO 25 – Matrículas de alunos da educação especial em classes comuns, 2009/2012, escolas da rede pública, Rio Piracicaba.

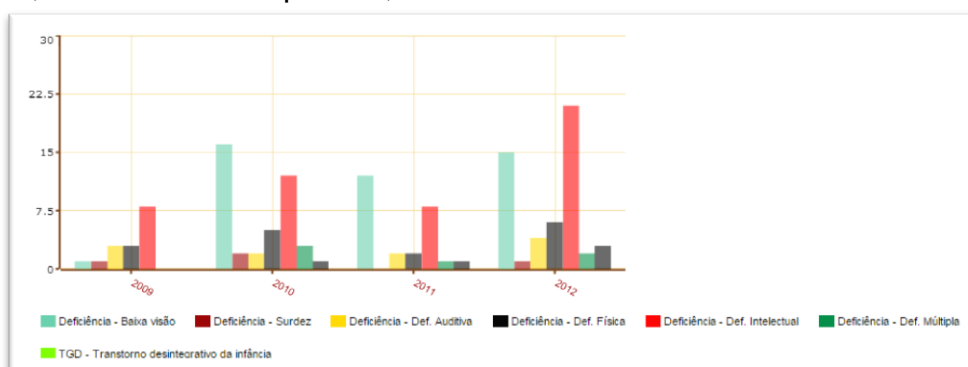


Gráfico 25 - Matrículas educação especial. Fonte: <http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/3155702/captchadis/1>. Acesso em maio de 2015.

O gráfico 25 mostra que nos últimos anos vem crescendo a oferta de matrículas de alunos da educação especial em classes comuns, nos aspectos quantitativo e qualitativo.

O grande desafio enfrentado pelas escolas com relação a essa população é formalizar a situação dos alunos através de laudos médicos. Nesses casos as escolas percebem as dificuldades dos alunos, mas não podem classificá-los nos bancos de dados oficiais. Diante das dificuldades cognitivas apresentadas pelos alunos/as muitas vezes os familiares são resistentes em aceitar as sugestões para buscar ajuda de profissionais da saúde para realizarem os diagnósticos. Outra dificuldade encontrada é o agendamento para atendimento com especialistas da área da saúde, desafio que é mitigado através da parceria que se estabelece entre as Secretarias Municipais de Educação e Saúde, na tentativa de tornar menor o tempo de espera e a realização de exames especializados.

5.2.2. Elevação da escolaridade/diversidade (meta 8)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 8: *“Eleva a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”*

O grande desafio em implementar programas de Educação de jovens e adultos, para os segmentos populacionais considerados na meta 8, consiste em monitorar aqueles que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

Nesse sentido, os dados oficiais apresentados a seguir não são suficientes para elucidar em que fase os alunos estão abandonando seus estudos em Rio Piracicaba, desafiando as autoridades a adotarem estratégias que auxiliem nesse diagnóstico.

Importante salientar que os dados numéricos das séries históricas indicam que o maior contingente desses jovens está entre negros e pardos residentes nas localidades urbanas.

Assim, são importantes parceiros da Secretaria de Educação, no discernimento desses números, as próprias escolas, as Secretarias de Ação Social e a Secretaria de Saúde já que muitas vezes as vulnerabilidades sociais são causas de infrequência, distorção série-idade e abandono escolar.

Segundo o observatório do PNE, a Meta 8 traz um olhar específico para a desigualdade no acesso e o sucesso escolar dos grupos mais vulneráveis da população, neste caso a população negra, com o objetivo de reduzir as desigualdades na Educação. O indicador é calculado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da PNAD (última semana de setembro). No cálculo consideram-se os anos de estudo da população de 18 e 29 anos de idade, independentemente das etapas de ensino.⁷

GRÁFICO 26 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

⁷ Informação extraída de: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/8-escolaridade-media/indicadores>



Gráfico 26 - Escolaridade média 18 a 29 anos .Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional.

GRÁFICO 27 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.

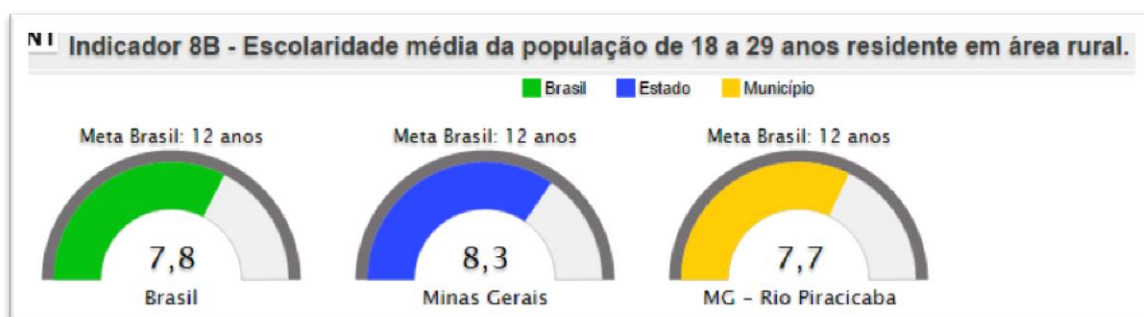


Gráfico 27 - Escolaridade média área rural. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

GRÁFICO 26 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres.

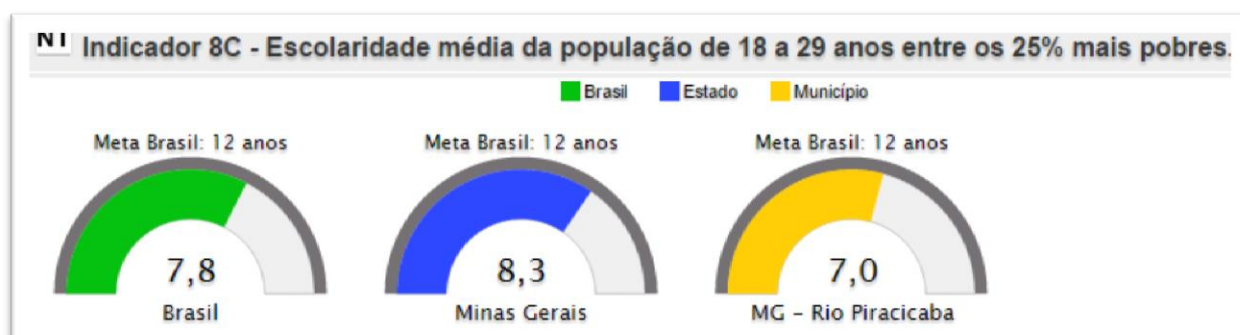


Gráfico 28 - Escolaridade média entre os mais pobres. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

GRÁFICO 31 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos

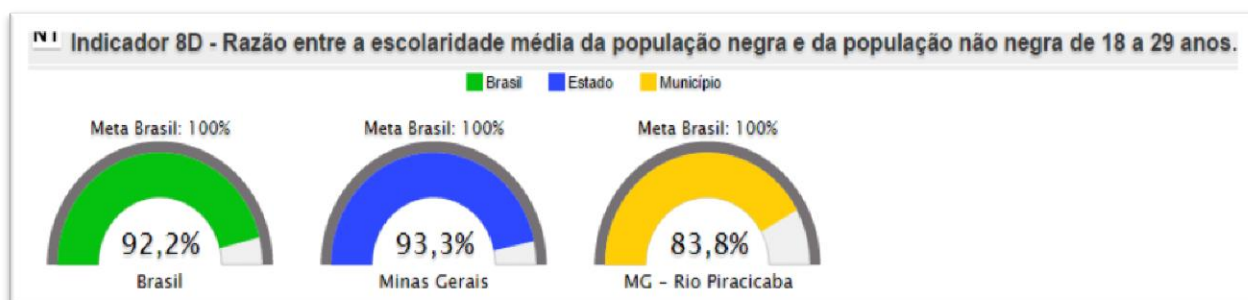


Gráfico 29 Escolaridade media entre negros e não negros. Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013. Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010.

Quadros das séries históricas 11, 12, 13 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, alunos de 18 a 29 anos, Rio Piracicaba: distribuição faixa etária 18 a 29 anos, raça e localidade (urbana e rural).

Ano	EJA - 18 a 29 anos
2007	131
2008	114
2009	99
2010	137
2011	200
2012	171
2013	208

Quadro 11 - Série histórica alunos EJA, por idade.

Ano	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2007	6	27	38	60	0	0
2008	9	15	39	51	0	0
2009	5	14	37	43	0	0
2010	8	24	34	71	0	0
2011	14	31	52	103	0	0
2012	17	31	41	82	0	0
2013	14	32	54	108	0	0

Quadro 12 - Matrículas com declaração da etnia, EJA, série histórica.

Ano	Urbana	Rural
2007	131	0
2008	114	0
2009	95	4
2010	135	2
2011	200	0
2012	171	0
2013	208	0

Quadro 13 - Alunos EJA matrículas por localidade. Fonte quadros: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/8-escolaridade-media/dossie-localidades>. Acesso em abril/2015.

5.3. Valorização dos profissionais da educação (terceiro grupo de metas)

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam da valorização dos profissionais da educação, consideradas estratégicas para que as demais sejam atingidas.

5.3.1. Formação dos professores (meta 15)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 15: *“Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.”*

Cumprir salientar que alcançar esta meta é um esforço que dependerá do esforço maior da União e dos Estados uma vez que se trata de implementar uma política nacional de formação dos profissionais da educação. A efetivação dessa meta com a adesão dos municípios no futuro resultará na elevação da qualidade do ensino.

Pelo que se depreende das tabelas abaixo, o município se encontra muito próximo do ideal de 100% (cem por cento), e conforme já discorrido no histórico da educação do município, durante a última década já foram olvidados esforços para garantir a formação superior para os professores da Educação Básica. Já foram celebradas parcerias com faculdades da iniciativa pública e privada, em nível local e regional, medida que possibilitou a muitos professores concluírem graduação e pós-graduação. Atualmente, do total de 132 (cento e trinta e dois) apenas 12 (doze) professores têm formação em ensino médio, sendo que desses 3 (três) estão cursando a graduação.

Outra medida adotada, que estimulou os professores a buscarem a qualidade de sua formação superior, foi o estabelecimento em lei (plano de carreira do magistério) de salários diferenciados e adicional para titulação em pós-graduação (*lato e strito sensu*).

Quadro 14 - Quadro de professores da Educação Básica, rede municipal, 2015:

Educação Básica Quadro de professores	Ensino médio	Cursando	Ensino superior	Total	Pós- graduação	Efetivos	Contratados
	9	3	120	132	74	106	26
%	6,82%	2,27%	90,91%	100%	56,7%	80,3%	19,7%

Quadro 14 - Formação dos professores educação básica. Fonte: Setor de recursos humanos da Prefeitura de Rio Piracicaba/MG. Abril/2015.

Quadro 15 - Quadro de professores da Educação Básica e Ensino Médio, rede estadual, 2015:

Educação Básica Quadro de professores	Ensino superior	Total	Pós-graduação	Efetivos	Designados
	90	90	90	37	53
%	100%	100%	100%	41,1%	58,9%

Quadro 15 - Professores da educação básica, distribuição. Fonte: SER/Nova Era/MG. Maio/2015.

As séries históricas apresentadas nas tabelas e gráficos a seguir confirmam os dados atuais.

TABELA 32 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior

Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
2007	73,2%	134	7,7%	14	65,6%	120
2008	78,8%	149	6,9%	13	72%	136
2009	79,9%	147	4,3%	8	75,5%	139
2010	83%	156	4,3%	8	78,7%	148
2011	85,9%	159	4,3%	8	81,6%	151
2012	90,6%	154	3,5%	6	87,1%	148
2013	87,2%	157	6,7%	12	80,6%	145

Tabela 32 - Porcentagem de professores com curso superior.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

GRÁFICO 30 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior, Rio Piracicaba.

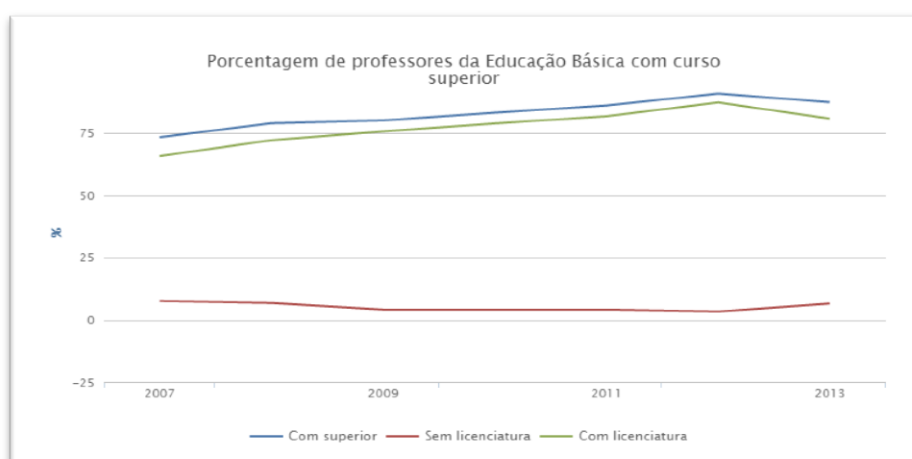


Gráfico 30 - Professores educação básica e formação superior. Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

TABELA 33 – Porcentagem de professores que tem licenciatura na área em que atuam.

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua
2009	100% 105	87,6% 92	59% 62	14,3% 15
2010	100% 78	80,8% 63	64,1% 50	30,8% 24
2011	100% 111	85,6% 95	79,3% 88	39,6% 44
2012	100% 106	99,1% 105	93,4% 99	47,2% 50
2013	100% 104	99% 103	90,4% 94	46,2% 48

Tabela 33 - Professores com Licenciatura na área que atuam.

GRÁFICO 31 – Porcentagem de professores da Educação Básica, anos finais, com curso superior, Rio Piracicaba.

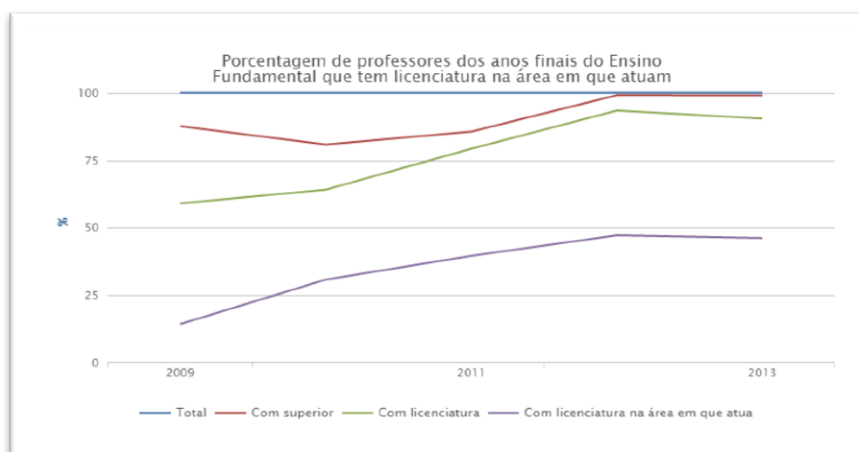


Gráfico 31 Professores educação básica e ensino superior. Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

5.3.2. Formação continuada e pós-graduação (meta 16)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 16: *“Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.”*

Os dados oficiais dos órgãos ligados ao MEC mostram-se em descompasso com os dados municipais, visto que conforme já discorrido acima e demonstrado nos quadros 11 e 12, o município de Rio Piracicaba já superou a marca estabelecida para essa meta.

GRÁFICO 33 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

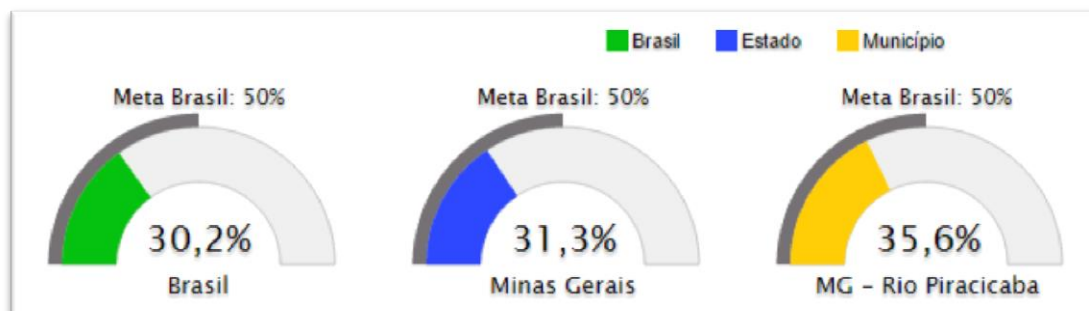


Gráfico 32 Professores da educação básica e pós-graduação. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

TABELA 34 – Porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação por tipo de graduação

Ano	Total do indicador
2007	15,3% 28
2008	25,9% 49
2009	26,1% 48
2010	31,4% 59
2011	38,4% 71
2012	40% 68
2013	35% 63

Tabela 34 - Professores da educação básica com pós-graduação. Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Quadro 14 – Funções docentes com curso superior, Rio Piracicaba, 2014.

INEP Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Percentual de Funções Docentes com Curso Superior por município - 2014

Percentual de Docentes com Curso Superior na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na Educação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos, e na Educação Especial, por Localização e Dependência Administrativa, segundo os municípios brasileiros, em 2014.

Ano	Região	UF	Código da UF	Município	Código do Município	Localização	Rede	Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino									
								Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial
								Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais				
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Total	Total	83,3	80	84,6	91,1	93,3	90,1	88,2	66,7	90,6	91,7
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Total	Estadual	--	--	--	85,4	90	82,1	88,2	66,7	88,5	--
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Total	Municipal	87,5	100	87	94,7	95	95,3	--	--	100	--
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Total	Privada	75	77,8	66,7	--	--	--	--	--	--	91,7
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Total	Publico	87,5	100	87	91,1	93,3	90,1	88,2	66,7	90,6	--
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Urbana	Total	82,4	80	83,3	90,7	93	89,9	88,2	66,7	90,6	91,7
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Urbana	Estadual	--	--	--	85,4	90	82,1	88,2	66,7	88,5	--
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Urbana	Municipal	86,4	100	85,7	94,3	94,6	95,1	--	--	100	--
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Urbana	Privada	75	77,8	66,7	--	--	--	--	--	--	91,7
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Urbana	Publico	86,4	100	85,7	90,7	93	89,9	88,2	66,7	90,6	--
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Rural	Total	100	--	100	100	100	100	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Rural	Municipal	100	--	100	100	100	100	--	--	--	--
2014	Sudeste	MG	31	RIO PIRACICABA	3155702	Rural	Publico	100	--	100	100	100	100	--	--	--	--

Quadro 16 - Funções docentes com curso superior. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em abril de 2015.

5.3.3. Remuneração do magistério (meta 17)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 17: *“Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.”*

A Meta 17 estipula que até o sexto ano da vigência do novo PNE as médias salariais entre docentes e não docentes deverão estar equiparadas no Brasil. Neste caso, considerou-se que se trata de uma meta de universalização. Para as metas de universalização, em geral, todos os estados e municípios devem atingir o mesmo valor no mesmo período de tempo.

No caso da Meta 17, a equiparação salarial deve ser buscada com relação **à média estadual** (grifo nosso), e não com relação à média nacional. Esta escolha foi feita para evitar desigualdades locais. Importante salientar que está em tramitação projeto de lei estadual que pretende aplicar o piso nacional para 24 (vinte e quatro) horas em toda a rede estadual de ensino. Assim, decorrido todo o processo legislativo na Assembleia Legislativa e sendo vitoriosa a proposta do Governador Fernando Pimentel, esta será uma conquista dos professores travada junto com o Sindicato da categoria. Tendo em vista, que o Plano Municipal da Educação será revisto anualmente, a equiparação salarial dos professores da educação básica do Município será uma conquista a ser considerada a partir da vigência do plano que ora se constrói.

A fonte de dados utilizada para a construção do indicador da meta 17 foi a PNAD, já que não foi possível a utilizar a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) nem o Censo 2010. A RAIS, que seria uma fonte mais atualizada de dados, não continha um número significativamente seguro para comparar os salários entre docentes e não docentes. Já o Censo 2010 não permitiu identificar os profissionais do setor público nem a que esfera administrativa os profissionais pertencem. A PNAD não coleta amostras suficientes para reportar as médias salariais dos professores por nível de escolaridade, por unidade da federação. Por esse motivo, optou-se por considerar, em um só conjunto, o salário médio dos professores da educação básica com ao

menos 12 anos de escolaridade, o que equivale a ter ao menos um ano de ensino superior completo (parágrafo transcrito na íntegra).⁸

GRÁFICO 33 - Indicador 17 - Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.



Gráfico 33 - Salários professores da educação básica. Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

Para Roberto Leão, presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), o reajuste cumpre a lei, embora ainda não seja o "que consideramos melhor para os trabalhadores". Segundo ele, a Lei do Piso é "*importantíssima para o cumprimento do PNE [Plano Nacional de Educação]*". Conforme Leão, o rendimento médio dos docentes representa aproximadamente 60% dos salários médios dos demais profissionais.⁹

O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. A Lei não fixa valor para a remuneração de profissionais de nível superior. O valor do Piso fixado para profissionais com formação em nível médio deve servir de ponto de partida para a fixação dos vencimentos dos profissionais de nível superior ou com outros graus de formação, a critério de cada ente federativo.¹⁰

O MEC (Ministério da Educação) divulgou em janeiro/2015 o novo piso salarial dos professores - R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos). O valor já havia sido estimado pela CNM (Confederação Nacional de Municípios), com base nos critérios que têm sido adotados pelo MEC. O salário inicial dos professores

⁸ http://simec.mec.gov.br/pde/pne/notas_tecnicas/NT_Indicador_17.pdf. Acesso maio de 2015.

⁹ <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/01/06/piso-nacional-dos-professores-aumenta-1301-e-sera-de-r-191778.htm>. Acesso maio de 2015.

¹⁰ Fonte: <http://undime.org.br/noticia/informacoes-sobre-o-piso-nacional-do-professor>. Acesso maio de 2015.

de escola pública, com formação de nível médio, leva em conta uma jornada de trabalho de 40 horas semanais.

QUADRO 15 - Remuneração média dos professores de 2010 a 2014.

PISO SALARIAL DOS PROFESSORES							
Ano		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Piso municipal 24 horas	Nível médio	680,00	734,40	822,03	888,48	950,67	1.026,72
	Graduação	833,97	900,69	1.015,52	1.089,65	1.165,92	1.259,19
Piso nacional 40 horas	Nível médio	1.024,67 (7,86%)	1.187,14 (15,85%)	1.451,00 (22%)	1.567,00 (7,97%)	1.697,39 (8,32%)	1.917,78 (13%)
Proporção entre o piso municipal e o nacional, base de cálculo nível médio e 24 horas		614,80	712,28	852,60	940,20	1.018,43	1.150,66

Quadro 17 - Remuneração de professores educação básica. Fontes: Setor de Recursos Humanos, Prefeitura Municipal.

TABELA 35 - Tabela salarial dos professores da educação básica, rede estadual MG, 2015.

DIIESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
 Subseção SINDUTE SINDICATO ÚNICO TRABALHADORES EDUCAÇÃO MG
 rua Ipiranga, 80 | Floresta - Belo Horizonte - MG | CEP 31015-180
 www.diiese.org.br | diegor@diiese.org.br ou liliane@diiese.org.br

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 24 HORAS

ajustado (*)		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU															
	NÍVEL															
nsino Médio Hab. sup.	I	336,26	346,35	356,74	367,44	378,47	389,82	401,52	413,56	425,97	438,75	451,91	465,47	479,43	493,81	508,63
uperior Lic. Curta	II	410,24	422,55	435,22	448,28	461,73	475,58	489,85	504,54	519,68	535,27	551,33	567,87	584,90	602,45	620,53
uperior Lic. Plena	III	500,49	515,51	530,97	546,90	563,31	580,21	597,61	615,54	634,01	653,03	672,62	692,80	713,58	734,99	757,04
uperior Lic. Especifica	IV	610,60	628,92	647,79	667,22	687,24	707,85	729,09	750,96	773,49	796,70	820,60	845,22	870,57	896,69	923,59
uperior Lic. Plena / letrado	V	744,93	767,28	790,30	814,01	838,43	863,58	889,49	916,17	943,66	971,97	1.001,13	1.031,16	1.062,10	1.093,96	1.126,78
uperior Lic. Especifica	VI	908,82	936,08	964,17	993,09	1.022,88	1.053,57	1.085,18	1.117,73	1.151,27	1.185,80	1.221,38	1.258,02	1.295,76	1.334,63	1.374,67

Tabela 35 - Tabela salarial dos professores da educação básica da rede estadual.

Fonte: <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?LISTA=news&MENU=17>. Acesso em maio de 2015

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

- O piso salarial municipal toma como base duas categorias: com formação em nível médio e com formação superior;
- Conforme já demonstrado na meta 15, no município de Rio Piracicaba, os profissionais com formação em nível médio são uma categoria em vias de extinção, sendo que no quadro atual apenas seis profissionais se encontram nessa condição e ainda não matriculados em curso superior.

- De acordo com o plano de carreira do magistério municipal o ingresso na carreira do magistério admite apenas pessoas com formação superior (§único do art.11 da Lei N.º 2.133 de 09 de abril de 2010);
- O piso salarial inicial dos professores da rede pública municipal está muito próximo ao piso nacional;
- A comparação com o piso estadual mostra que o piso municipal é muito superior, devendo-se ressaltar que em ambas as instâncias já não se ingressa mais na carreira com formação em nível médio;
- Entre os anos de 2010 a 2011 o piso municipal chegou a ser superior ao nacional. Ocorre que o aumento do piso nacional de 22% (vinte e dois por cento) em 2012 não foi possível de ser acompanhado pelo município por colocar em risco o equilíbrio financeiro estabelecido pelos limites legais e fiscais de gasto com a folha de pagamento (lei de responsabilidade fiscal). O mesmo reflexo pode ser percebido nos anos seguintes, conforme demonstrado na tabela 34.

De acordo com o plano de carreira do município, a remuneração do ocupante de cargo do Quadro do Magistério corresponde ao vencimento relativo à classe, ao nível de habilitação e ao grau de progressão em que se encontre, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus, conforme estabelecido na Lei Complementar.

Além das gratificações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos, o ocupante de cargo efetivo do Quadro do Magistério fará jus às gratificações de função: titulação; gratificação de regime especial de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho; gratificação de incentivo à docência; gratificação pelo exercício em escola de difícil acesso; gratificação pelo exercício em sala de aula mutisseriada; gratificação pela participação no Programa de Formação Continuada.

TABELA 35 - Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo

2.4 Despesas com pessoal - Máximo de 60% da receita corrente líquida conforme inciso III do art. 19 da Lei 101/2000

Tabela 6 - Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo

Exercício	Executivo		Legislativo		Município	
	Índice	Despesa (R\$)	Índice	Despesa (R\$)	Índice	Despesa (R\$)
2010	43%	9.902.169,92	1,75%	403.566,22	44,75%	10.305.736,14
2011	45,06%	11.899.855,64	2,1%	554.334,73	47,16%	12.454.190,37
2012	48,46%	13.624.850,18	2,26%	635.200,20	50,72%	14.260.050,38
2013	47,33%	14.828.452,69	2%	626.501,99	49,33%	15.454.954,68

Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados
Data: Data da Consulta ao SIACE: 04/04/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou Ação Fiscalizatória.

Tabela 36 - Despesas com pessoal.

Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados.

Deve ser salientado que para o cálculo de gastos, com a folha de pagamentos total, incidem todos os demais direitos a que fazem jus os professores em decorrência do plano de cargos/carreira/salários; bem como encargos legais e previdenciários.

Esta observação é pertinente porque são custos que sofrem o impacto dos limites financeiros impostos ao Poder Executivo no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, para os limites de despesas com folha de pagamento de pessoal, circunstância que tem sido um entrave na valorização das carreiras do magistério por parte das prefeituras. No último exercício fiscal (2014) o percentual de despesa com pessoal chegou a 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) (doc. anexo). Um dos maiores desafios dos gestores no pagamento do piso e na elaboração dos planos de carreira tem como causa a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina um limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) dos gastos com pessoal.

ANEXO 3 (§ 2º, arts. 18 e 22, L. C. 101/00)												RELATÓRIO RESUMIDO DA GESTÃO FISCAL		
EXERCÍCIO DE 2014												Emissão: 23/02/2015 11:01:54 R\$ LP		
MÊSES DO EXERCÍCIO MÓVEL												TOTAL		
	JAN2014	FEV2014	MAR2014	ABR2014	MAI2014	JUN2014	JUL2014	AGO2014	SET2014	OUT2014	NOV2014	DEZ2014		
DESPESA TOTAL	1.211.080,00	388.435,79	430.310,79	438.732,71	438.732,71	438.732,71	438.732,71	438.732,71	438.732,71	438.732,71	438.732,71	438.732,71	4.388.812,38	4.388.812,38
Despesas com Pessoal	40.281,29	46.143,71	46.143,71	46.143,71	46.143,71	46.143,71	46.143,71	46.143,71	46.143,71	46.143,71	46.143,71	46.143,71	461.437,14	461.437,14
Despesas com Pessoal	19.307,21	19.419,08	19.419,08	19.419,08	19.419,08	19.419,08	19.419,08	19.419,08	19.419,08	19.419,08	19.419,08	19.419,08	194.190,80	194.190,80
Subsídio de Viagem	13.000,00	15.113,32	14.356,14	14.356,14	14.356,14	14.356,14	14.356,14	14.356,14	14.356,14	14.356,14	14.356,14	14.356,14	143.561,14	143.561,14
Subsídio do Proletário	4.000,00	5.111,25	4.835,76	4.835,76	4.835,76	4.835,76	4.835,76	4.835,76	4.835,76	4.835,76	4.835,76	4.835,76	48.357,60	48.357,60
Subsídio de Vício-Profício	19.000,00	24.233,81	24.429,24	24.429,24	24.429,24	24.429,24	24.429,24	24.429,24	24.429,24	24.429,24	24.429,24	24.429,24	244.292,40	244.292,40
Subsídio Social - Mens.	433.479,38	230.262,78	224.044,98	243.185,12	314.934,57	267.880,09	229.399,04	225.798,19	230.204,46	231.361,15	113.328,13	113.328,13	2.278.847,77	2.278.847,77
Outros Encargos	42.954,49	144.682,88	85.309,76	66.832,84	66.399,04	42.374,97	56.642,31	68.968,47	82.738,53	86.765,73	47.897,66	69.425,63	694.212,14	694.212,14
Outros Encargos	942,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores														
Compensação de Período Anterior em de Agressivos														
SOMA	1.611.840,18	1.489.822,37	1.349.368,18	1.328.387,45	1.328.821,88	1.344.892,80	1.198.583,89	1.254.917,69	1.279.460,84	1.291.852,88	1.183.216,94	1.891.014,89	18.340.708,11	18.340.708,11
EXCLUSIVAS														
Incentivos Fiscais														
Incentivos Fiscais														
Incentivos Fiscais														
Despesas de Exercícios Anteriores														
Compensação de Período Anterior em de Agressivos														
Incentivos Fiscais														
SOMA	(66.431,31)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(69.808,89)	(698.088,89)	(698.088,89)
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.545.408,87	1.420.013,48	1.279.559,29	1.258.578,56	1.259.012,99	1.275.083,91	1.128.774,94	1.185.108,80	1.209.651,95	1.222.043,99	1.113.408,05	1.822.206,00	17.642.619,22	17.642.619,22
Receita Corrente Líquida do Município													31.127.428,81	40,7%
Despesa Total com Pessoal													15.487.487,77	48,9%
Limite 60% (§ 1º, inciso I, art. 56)													15.127.830,78	40,0%
Limite Prudencial 55% (Parágrafo único, art. 57)													15.980.571,38	41,9%
Limite Legal (Art. 20)													16.008.911,04	54,0%

5.3.4. Plano de carreira (meta 18)

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 18: *“Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.”*

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte: Rio Piracicaba conta com Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Magistério, aprovado em 2010 como Lei Complementar N.º 2.133 de 09 de abril de 2010.

São objetivos do plano de carreira do magistério municipal:

- I – estruturar a carreira do quadro do Magistério e estabelecer o seu regime jurídico;
- II – incentivar a profissionalização, atualização e reciclagem mediante a criação de condições que amparem e permitam o auto aperfeiçoamento como forma de realização profissional e como instrumento de melhoria contínua da qualidade do ensino, estimular a profissionalização, atualização e formação continuada, para aperfeiçoar o ensino, em todas as suas etapas, além de proporcionar o auto aperfeiçoamento como forma de realização pessoal e profissional do servidor;
- III – garantir a progressão na carreira do Professor da Educação Básica e do Especialista em Educação de acordo com o crescente aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, disciplina ou nível de ensino em que atuem;
- IV – promover a gestão democrática da Educação Municipal;
- V – garantir o aprimoramento da qualidade do Ensino Municipal;

Segundo o plano de carreira a valorização dos profissionais de ensino será assegurada através de:

- I – capacitação do profissional do magistério, promovida pela Secretaria Municipal de Educação ou realizada através de convênios;
- II – condições dignas de trabalho;

III – perspectiva de progressão na carreira;

IV – realização de concurso público, de prova ou de prova e títulos;

V – exercício de todos os direitos e vantagens compatíveis com atribuições do magistério.

As atribuições específicas dos Professores da Educação Básica I e II e do Especialista em Educação, nos termos desta Lei Complementar, serão desempenhadas obrigatoriamente, em regime básico de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho, por cargo, incluídos os módulos 1 e 2 de trabalho. Serão vinte horas para o cumprimento do módulo 1 - regência efetiva em sala de aula. As demais horas são destinadas ao módulo 2 – atividades extraclases, sendo que das 4 horas de módulo 2, uma hora semanal será cumprida na escola com atividades pedagógico-administrativa.

O plano de carreira prevê a progressão horizontal com a passagem do servidor de um grau ao imediatamente subsequente do mesmo nível em que se encontra, mediante avaliação de desempenho. Entre uma progressão e outra deve ser respeitado o interstício mínimo de 02 (dois) anos, com aprovação em avaliação de desempenho no período. A progressão horizontal será no percentual de 2% (dois por cento), conforme tabela constante do Anexo II da referida Lei Complementar.

5.4. Ensino superior (quarto grupo de metas, abordando o conteúdo das metas 12, 13 e 14).

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam do ensino superior e de pós-graduação.

Em relação a esse tema, o PNE previu três metas:

a) meta 12: *“Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”.*

b) meta 13: *“Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores”.*

c) meta 14: *“Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.”*

Inicialmente, cumpre salientar que as metas 13 e 14 não se aplicam ao âmbito de Rio Piracicaba haja vista não possuir nenhuma unidade de ensino superior, quer seja pública ou privada.

Entretanto, nos últimos anos os gestores públicos atentos à realidade do município e cientes de que há munícipes matriculados em universidades da cidade vizinha de João Monlevade, vêm proporcionando a esses alunos o transporte escolar.

Conforme os dados do setor de transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação em 2015 foram cadastrados 120 alunos que são atendidos diariamente.

Outro ponto a ser salientado, é que todo ano por ocasião da realização dos exames do ENEM são destinados ônibus para atender os inscritos que fazem as provas em João Monlevade.

5.5. Gestão democrática e participação social (meta 19)

Nesta seção, são apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida da gestão democrática e da participação social.

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 19: *“Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à Acesso pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.”*

No que pertine a esta matéria, o art. 1º da Lei Complementar 2.133/2010, Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério do Município de Rio Piracicaba, no IV, contempla como um de seus objetivos – promover a gestão democrática da Educação Municipal.

A gestão escolar nas escolas municipais é realizada por diretores, nomeados em cargos comissionados de livre nomeação, não havendo previsão legal municipal em sentido diverso.

Quanto à participação social dos membros da comunidade na vida escolar importante fórum é o dia D da família na escola, que por recomendação da Secretaria Estadual de Educação, anualmente, promove o encontro da comunidade escolar com os familiares para apresentar os resultados das avaliações internas e externas, além de divulgar e discutir as metas e o plano de intervenção pedagógico da instituição (PIP).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), estabeleceram as bases para a criação e institucionalização de Conselhos Municipais de Educação, posteriormente referendadas pelo Plano Nacional de Educação aprovado em 2001 (Lei nº 10.172/01) A Constituição Federal, em seu artigo 211, estabelece que cabe à União, Estados, Distrito Federal e Municípios organizar, em regime de colaboração, os seus respectivos Sistemas de Ensino.¹¹

A LDBEN corrobora esta definição em seu artigo 8º, acrescentando, no artigo 11, Inciso I, que os municípios incumbir-se-ão de "organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados". O Conselho Municipal de Educação constitui uma das instituições que devem integrar o Sistema Municipal de Ensino.

Os Conselhos Municipais de Educação, nos termos definidos pelos dispositivos legais acima mencionados, têm, entre outras atribuições, a tarefa de regulamentar o funcionamento dos sistemas municipais de educação (de conformidade com o que estabelece a Constituição Federal, aprovada em 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, os municípios passaram a ter a prerrogativa de constituir seus próprios sistemas de ensino ou permanecerem integrados aos sistemas estaduais).

Desse modo, há situações variadas quanto à existência de sistemas de ensino e conselhos municipais de educação: Municípios sem sistema de ensino com Conselho Municipal; municípios com sistema de ensino e sem Conselho Municipal; e municípios com sistema de ensino e com Conselho Municipal. Em cada uma destas circunstâncias, o Conselho Municipal de Educação terá obviamente funções e tarefas diferenciadas. Em todos os casos, o Conselho Municipal de Educação

¹¹ Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/2673> . Acesso em maio de 2015.

desempenhará, junto aos gestores municipais, o papel de articulação e mediação das demandas educacionais da sociedade. O desempenho deste papel, dependendo do caráter do conselho e da existência de um sistema municipal de educação no município, envolverá funções de natureza, consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa, normativa e fiscalizadora.

Deve-se ressaltar que o município não possui sistema próprio de ensino, uma vez que é vinculado e fiscalizado pelo sistema estadual, bem como ainda não implementou o Conselho Municipal de Educação (CME), e caberá aos futuros gestores no próximo decênio o grande desafio de promover ou não a constituição desse importante fórum de participação e exercício democrático.

QUADRO 16 – Instrumentos de Gestão Democrática existentes no município.

Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Sim	Sim	Não

Quadro 18 - Instrumentos de gestão democrática. Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros/Preparação: Todos Pela Educação.

QUADRO 17 – Existência do Conselho Municipal de Educação.

Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2006	Não	
2009	Não	Não aplicável
2011	Não	Não aplicável

Quadro 19- Conselho Municipal da Educação. Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros/Preparação: Todos Pela Educação

5.6. Financiamento (meta 20)

Nesta seção, serão apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida do financiamento da educação. Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 20: *“Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.”*

Os investimentos municipais em Educação são garantidos através dos recursos federais e estaduais repassados, bem como através de recursos próprios, conforme

demonstrativos financeiros através de relatórios trimestrais emitidos pelo Controle Interno, e que são apresentados em Audiência pública, na Câmara Municipal, bem como enviados para demais órgãos fiscalizadores (Controle Externo).

Não há como emitir prognósticos no sentido de se afirmar que os investimentos serão aumentados nos próximos anos uma vez que a arrecadação municipal é financeiramente dependente dos repasses constitucionais federais e estaduais, além de uma arrecadação própria limitada à exploração de recursos naturais locais (mineração, atividades agrárias e pastoris).

Conforme já exposto acima, no item 2.4.1, entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município reduziu -9,6%, passando de R\$ 131,4 milhões para R\$ 118,8 milhões. Dados oficiais demonstram que a receita própria é muito inferior à receita arrecadada total.

A situação financeira a partir de 2015 mostra-se sombria no cenário nacional, influenciado pelo cenário internacional. O preço da tonelada do minério de ferro sofreu decréscimo, e este fator tem influenciado a arrecadação municipal, tanto no que diz respeito aos repasses governamentais, quanto à arrecadação própria. Por essa razão ficam mantidos os percentuais previstos nessa meta e de acordo com o PNE, uma vez que aumentando-se os percentuais de repasse dos governos federal e estadual, é possível aumentar o investimento no nível municipal, que conforme todo o exposto é dependente das instâncias governamentais superiores.

TABELA 37 - Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Arrecadada ¹	18.622.092,96	17.397.317,53	23.000.239,57	27.295.923,56	28.603.723,59	31.619.076,49
Receita Própria ²	2.313.728,24	2.740.451,69	2.613.709,23	3.442.079,65	4.061.957,12	5.243.607,73

NOTAS:
¹Excluídas as contribuições previdenciárias e os recursos de convênios
²Composição da Receita Própria: Receitas Tributária, Patrimonial, Industrial, de Serviços e Outras Receitas Correntes
 Dados extraídos do SIAPE em outubro/2012. As substituições das prestações de contas enviadas após esta data não estão contempladas nos dados apresentados

Tabela 37 - Receita arrecada x Receita própria. Fonte: TCEMG - Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo - SIAPE¹².

¹² ¹Excluídas as contribuições previdenciárias e os recursos de convênios. ²Composição da Receita Própria: Receitas Tributária, Patrimonial, Industrial, de Serviços e Outras Receitas Correntes. Dados extraídos do SIAPE em outubro/2012. As substituições das prestações de contas enviadas após esta data não estão contempladas nos dados apresentados

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado demonstra que o município vem investindo acima dos limites constitucionais mínimos, ou seja, acima dos 25% (vinte e cinco por cento) na educação pública municipal.

Tabela 38 – Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Índice	2010	2011	2012	2013
Índice constitucional aplicado	31,66%	38,7%	33,05%	29,42%

Tabela 38 - Percentual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados - SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais: Censo Escolar ¹³.

TABELA 39 – Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

INDICADORES	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil	337.748,77	198.136,07	349.615,59	560.133,64
Ensino Fundamental	1.733.476,40	3.344.497,02	2.277.241,24	1.262.322,90
Educação de Jovens e Adultos	10.098,51	14.091,51	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	12.994,31	0,00	161.539,87
Outros Gastos	299.282,23	363.322,22	351.038,04	736.930,12
Contribuição ao FUNDEB	2.964.276,72	3.609.639,89	3.586.182,61	4.207.745,58
Total	5.346.535,63	7.544.282,02	6.565.678,48	6.930.265,11
Total de alunos matriculados	1.653	1.601	1.601	1.593
Gastos com o Ensino por Aluno	3.233,44	4.711,23	4.099,99	4.349,45

Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados - SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais: Censo Escolar
 Nota: Data da Consulta ao SIACE: 04/04/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou ação fiscalizatória.

Tabela 39 - Gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados - SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais: Censo Escolar ¹⁴.

O Município deve aplicar anualmente no mínimo 25%, da receita, resultante de impostos e transferência com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Os recursos creditados na conta bancária do Fundo serão aplicados no exercício financeiro em que lhes forem creditados, exclusivamente nas ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, abrangendo todas as modalidades de ensino, utilizadas no ensino fundamental e médio, na esfera estadual, e na educação infantil (creches e pré-escolas) e no ensino fundamental, na esfera municipal. Sendo que o mínimo de 60% (sessenta por cento) desses recursos deve ser destinado anualmente à remuneração dos profissionais do magistério.

¹³ Data da Acesso ao SIACE: 13/03/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou ação fiscalizatória.

¹⁴ Data da Acesso ao SIACE: 13/03/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou ação fiscalizatória.

Cumprir e destacar que os limites exigidos são anuais, podendo, portanto, apresentar-se em determinados meses com percentuais inferiores ao exigidos para o ano. (Instrução Normativa TCEMG nº 13/2008 e alterações).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada. Brasília, 2015. <http://www2.camara.leg.br/responsabilidadesocial/acessibilidade/constituicaoaudio.html/constituicao-federal> . Acesso em fevereiro de 2015.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/1996, Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em fevereiro de 2015

BRASIL, Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005 de 25/06/2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm . Acesso em outubro de 2015.

BRASIL/MEC/SEB/DICEI. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação, caderno de consulta, 2014. <http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a próxima década: alinhando os Planos da Educação, caderno de consulta, 2014. <http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a próxima década: construindo as metas do seu município, caderno de consulta, 2014. <http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>

RIO PIRACICABA. Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Magistério do Município de Rio Piracicaba. Lei Complementar N.º 2133 de 09 de Abril de 2010.

Os dados e indicadores utilizados no presente diagnóstico são oficiais e públicos, estando disponíveis para consulta nos sites abaixo:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/extras/home.php>

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=249>

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

<http://ideb.inep.gov.br/>

<http://www.observatoriodopne.org.br/>

<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

<http://www.tce.mg.gov.br>